

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Palmela

Realizada no dia 26 de fevereiro de 2026

Ata n.º 05

No dia vinte e seis de fevereiro de 2026, às 14 horas e 40 minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal de Palmela, reuniu extraordinariamente a Assembleia Municipal de Palmela, sendo a mesma transmitida simultaneamente via internet, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

PONTO 1 – Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro

PONTO 2 – 2.ª Alteração Modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2026-2030

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Sr. João Pedro Marçal Fialho Perdigão Leitão, pelo Primeiro Secretário Sr. Diamantino de Sousa Pereira e Segunda-Secretária, Sra. Érica Sofia Caeiro Ribeirinho.

Efetuada a chamada:

Por parte do Partido Chega (CH):

- Sr. Jorge Manuel Abel Faria;
- Sr. João José Correia Mascarenhas de Lemos;
- Sra. Carla Sofia Ramos Inácio;
- Sr. Eurico Luis Borges Paulo;
- Sr. Jorge Manuel Ribeiro Martins;
- Sra. Pandora Natacha Correia de Brito Salvado;
- Sra. Nicole Pinto Serafim;
- Sr. André Miguel Félix Mamede;
- Sr. Nuno Alexandre Milheiras Carvalho;
- Sr. Bernardo Burmester Cabral de Noronha e Meneses.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sr. João Pedro Marçal Fialho Perdigão Leitão;
- Sra. Maria Clara dos Santos Marques Félix;
- Sr. Álvaro Leonel Passos Rebelo;
- Sra. Dulce Isabel Romão Félix do Nascimento
- Sr. Diamantino de Sousa Pereira;
- Sra. Diana Braga Neves do Nascimento;
- Sr. António Manuel Camacho Guerreiro Godinho;
- Sr. João Alberto Castro Rodrigues;
- Sr. Jorge Manuel Cândido Mares;
- Sr. João Miguel Estróia Vieira.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sr. Álvaro Manuel Balseiro Amaro;

- Sra. Zoraima Arminda Clemente Cruz Prado;
- Sr. Ricardo José de Oliveira;
- Sr. João Pedro Alves Ricardo;
- Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura;
- Sr. Mário José Alves de Sousa Brinca;
- Sra. Érica Sofia Caeiro Ribeirinho.

Por parte do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata (PPD/PSD_CDS-PP):

- Sr. Carlos Miguel Viegas Vitorino;
- Sra. Yolanda Jacira Lourenço da Silva;
- Sr. Luis Miguel da Silva Marques;
- Sra. Natália de Jesus Campos Moreira Alves.

Verificou-se as seguintes ausências:

Por parte do Partido Chega (CH):

- Sra. Pandora Natacha Correia de Brito Salvado;
- Sr. Bernardo Burmester Cabral de Noronha e Meneses.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sr. Álvaro Manuel Balseiro Amaro.

Por parte do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata (PPD/PSD_CDS-PP):

- Sr. Carlos Miguel Viegas Vitorino.

Em representação do Executivo Camarário estiveram presentes:

- Sra. Presidente Ana Teresa Vicente Custódio de Sá;
- Sr. Vereador Afonso Jorge da Silva Brandão;
- Sr. Vereador José Carlos Matias de Sousa;
- Sr. Vereador Roberto José Lopes Cortegano;
- Sr. Vereador José Paulo Barão Garcia;
- Sr. Vereador José Calado Gertrudes;
- Sr. Vereador Pedro Gonçalo da Ponte Marques Talego;
- Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho;
- Sra. Vereadora Maria Joaquim Bonacho Antunes.

Iniciando os trabalhos, o **S. Presidente da Mesa** informou que:

- **Sra. Pandora Natacha Correia de Brito Salvado do CHEGA**, justificou ausência à sessão, por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocada a **Sra. Noémia Maria Angerinho de Carvalho** que se encontra presente.

- **Sr. Bernardo Brumester Cabral de Noronha e Meneses do CHEGA**, justificou ausência à sessão, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocada a **Sra. Sara Filipa Vieira Inácio Carvalho**, Vogal da União de Freguesias Poceirão Marateca.
- **Sr. Carlos Miguel Viegas Vitorino do PPD/PSD.CDS-PP**, justificou ausência à sessão, por motivos de saúde, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocada a **Sra. Maria Natividade Lima Coelho Charrua** que se encontra presente.
- **Sra. Maria de Sousa Português Felicidade da CDU**, apresentou pedido de renúncia ao mandato, por motivos profissionais.

De imediato, procedeu-se à tomada de posse dos novos Membros, a **Sra. Noémia Maria Angerinho de Carvalho do CH**, **Sra. Maria Natividade Lima Coelho Charrua do PPD/PSD.CDS_PP**, após juramento de honra e assinadas as respetivas atas, que ficam apenas à presente, foram empossados no cargo.

Tomou ainda posse como Membro efetivo, o Sr. **António José de Sousa Nunes da Costa da CDU**, em substituição do **Sr. Alvaro Manuel Balseiro Amaro da CDU**, por renúncia ao mandato ocorrido em 25.02.2026, que após juramento de honra e assinada a respetiva ata, que fica apenas à presente, foi empossado no cargo.

Solicitou o **Sr. Presidente da Mesa** a aprovação em minuta dos pontos que irão ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito boa noite a todos.

Quero começar por agradecer à Escola Secundária do Pinhal Novo pela cedência do espaço, do auditório, que nos permite hoje estar aqui a realizar esta sessão descentralizada em mais uma das nossas freguesias do concelho de Palmela, porque esse foi também um compromisso que assumi: trazer o órgão autárquico, a Assembleia Municipal, a todas as freguesias do concelho.

Porquê? Porque ninguém deve nem pode ser esquecido. E, portanto, isto é uma demonstração clara de que a proximidade é apanágio deste mandato autárquico.

No entanto, isso não seria possível se não tivéssemos esta cooperação que temos tido com as instituições, que ao longo do tempo nos têm facultado as suas instalações para que possamos hoje estar aqui a realizar mais uma sessão deste órgão fundamental do território de Palmela.

Quero também cumprimentar todos os técnicos que hoje aqui estão. Muitas vezes podem parecer pessoas invisíveis, porque não estão aqui nas câmaras, mas são pessoas fundamentais também para a organização da sala que vocês hoje veem. Portanto, o meu muito obrigado também a todos os técnicos da Câmara, sem exceção.

Agradecer também a presença da comunicação social, igualmente muito importante para o registo daquilo que se passa neste órgão e no concelho. Que continuem a fazer o vosso excelente trabalho, porque a comunicação social é, de facto, um pilar muito importante do Estado democrático.

Por último, quero desejar uma boa noite a quem nos assiste em casa, aos munícipes hoje aqui presentes, desejar uma boa noite à Senhora Presidente da Câmara e, na sua pessoa, a todos os Vereadores.

Quero também desejar uma boa noite a todos os membros da Assembleia Municipal que se deslocaram aqui para que hoje pudéssemos estar, então, a realizar esta Assembleia Municipal ordinária.

Vou passar também a fazer uma breve exposição do expediente.

Dar nota de que nos chegaram dois pedidos de esclarecimento e propostas por parte de dois munícipes. O que temos estado a fazer é reencaminhar essas questões para a Câmara e, nestes dois casos em concreto, a Câmara também já deu resposta. Portanto, é assim que temos procedido: a Câmara responde e nós, posteriormente, reencaminhamos a resposta para o respetivo munícipe, porque entendemos que é necessário responder a todos aqueles que efetivamente colocam questões.

Dar também nota de que, no dia 10 de fevereiro, realizou uma conferência de líderes relativa à preparação das comemorações do 25 de Abril.

No dia 20 de fevereiro, tivemos também uma sessão de trabalho com a Câmara e com os técnicos, relativamente à Carta Educativa. Nesta sessão de trabalho reuniram os membros da respetiva comissão de trabalho dos assuntos da educação que tem este tema entre as suas competências e também os líderes de bancada de todas as forças políticas da Assembleia, que tiveram oportunidade de colocar questões à Câmara e aos técnicos relativamente à Carta Educativa.

Este documento, para quem não sabe principalmente para quem nos acompanha lá em casa ou para o público presente é um instrumento estratégico para o desenvolvimento da própria educação no concelho, seja em termos de equipamentos e escolas, da sua conservação, requalificação ou construção, como também relativamente ao projeto do município no que diz respeito à oferta educativa e à forma como pretende desenvolver a educação no nosso território.

Período de Intervenção dos Munícipes

[Parte da ata só disponível para consulta na Assembleia Municipal, mediante requerimento fundamentado, em virtude de poder conter informação sensível no âmbito do Regulamento Geral de Proteção de Dados]

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado.

Não havendo mais pedidos de intervenção, e antes de passar a palavra à Senhora Presidente da Câmara, gostaria apenas de responder ao Senhor munícipe João Marques.

De facto, estamos a promover a descentralização e trata-se de algo com carácter histórico, na medida em que nunca tinha sido feita a descentralização de todas as Assembleias Municipais ordinárias por cada uma das freguesias. O nosso objetivo, naturalmente, é não repetir os locais.

Por exemplo, o espaço onde hoje nos encontramos é também algo inédito, na medida em que estamos a aproximar os autarcas do centro educativo e da área da educação, que constitui um pilar fundamental para o desenvolvimento da sociedade.

Sem prejuízo, disso no futuro e tomo boa nota das suas sugestões locais como a Lagoa da Palha, a Palhota e outras zonas mais rurais da freguesia de Pinhal Novo poderão ser considerados quando voltarmos a realizar uma sessão nesta freguesia. Esse é, aliás, um dos nossos objetivos.

Naturalmente, não esquecemos as zonas rurais, que são igualmente muito importantes para o nosso território.

Relativamente à munícipe Cláudia, gostaria apenas de esclarecer que me referia a uma questão de organização. Aqui não é retirada a palavra a ninguém, como pôde constatar: todos têm o direito de intervir. Apenas solicitei que, sempre que alguém pretenda usar da palavra, levante o braço, de forma a facilitar a organização dos trabalhos e o respetivo registo por quem os acompanha.

Posto isto, dou a palavra à Senhora Presidente da Câmara para que possa responder, em concreto, às questões colocadas pelos munícipes.

A Sra. Presidente da Câmara:

[Parte da ata só disponível para consulta na Assembleia Municipal, mediante requerimento fundamentado, em virtude de poder conter informação sensível no âmbito do Regulamento Geral de Proteção de Dados]

O Sr. Presidente da Mesa:

Não haverá lugar a diálogo neste momento, uma vez que a Senhora Presidente já respondeu e o período aberto ao público se encontra encerrado, assim, não haverá contrarresposta nem direito de réplica.

Senhora Presidente, pretende acrescentar algo mais? Dá por concluída a sua intervenção?

Não havendo mais intervenções, damos por encerrado o ponto relativo ao período aberto à população.

Passamos, então, ao período de antes da ordem do dia, considerando que se trata de uma Assembleia Municipal ordinária.

Para o efeito, coloco à votação as atas, dispensando-me da sua leitura, se assim o entenderem, uma vez que foram previamente distribuídas.

A votação será igualmente feita em minuta, para produção de efeitos jurídicos imediatos.

A Ata número dois, de quatro de dezembro de dois mil e vinte e cinco, foi aprovada, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (dez do CH, dez do PS, sete da CDU e quatro do PPD/PSD.CDS-PP).

A Ata número três, de vinte e dois de dezembro de dois mil e vinte e cinco, foi aprovada, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (dez do CH, dez do PS, sete da CDU e quatro do PPD/PSD.CDS-PP).

A Ata número quatro, de quinze de janeiro de dois mil e vinte e seis, foi aprovada, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (dez do CH, dez do PS, sete da CDU e quatro do PPD/PSD.CDS-PP).

Período Antes da Ordem do Dia:

O Sr. Presidente da Mesa:

Ainda dentro deste período chegaram seis documentos que foram entregues à mesa para discussão, que eu passo a ler cada um:

1. Moção do Partido Socialista pela defesa da autonomia do poder local democrático e da representação dos municípios na governação portuária;
2. Moção da CDU pela separação urgente da EN379 e da EN252 e pela concretização das respetivas vias variantes;
3. Moção da CDU pela construção urgente da AT10 da Ribeirinha da Salgueirinha, Pinhal Novo;
4. Saudação da CDU sobre o abaixo-assinado do pacote laboral;
5. Saudação da CDU pelo Dia Internacional da Mulher e igualdade na lei e na vida;
6. Recomendação e moção do Chega sobre temporal, prevenção e consequências, e moção de censura à atuação da Câmara Municipal de Palmela.

Dar nota do seguinte, na moção de censura do Chega, não colocaram data, portanto tem aqueles espaços todos em branco, ou seja, não colocaram a data, nem o nem os dias.

Não sei se repararam nisso, pelo menos no que que nos chegou não tinha.

Qual é que é a questão?

O Sr. Luis Marques do PPD/PSD.CDS-PP:

Ora, antes de mais, muito boa noite a todos.

Cumprimento o Senhor Presidente e, na sua pessoa, os restantes membros da Mesa, bem como as Senhoras e os Senhores Vereadores, o público aqui presente e todos aqueles que nos acompanham a partir de casa.

Gostaria de apresentar um ponto de ordem, como é do vosso conhecimento, o nosso líder de bancada enfrentou recentemente um problema de saúde, o que o impediu de acompanhar, com a devida atenção, a correspondência que foi sendo enviada pelos serviços.

Por esse motivo, não tivemos acesso às moções e saudações que hoje aqui foram apresentadas, uma vez que havia sido definido que seria o líder de bancada a proceder à sua distribuição pelos restantes elementos da bancada.

Não tendo o nosso líder de bancada tido possibilidade, nem capacidade física, para o fazer, esses documentos não nos chegaram atempadamente. Assim, apenas tomámos conhecimento das referidas moções e saudações hoje, no decorrer desta sessão.

Nesse sentido, gostaria de propor que se pudesse ponderar o regresso ao modelo anteriormente adotado, em que os serviços remetiam diretamente a documentação a todos os membros da Assembleia.

Recordo que, no mandato anterior, essa era a prática habitual, garantindo-se assim que todos os membros tinham acesso à informação de forma atempada. Atendendo a que a alteração introduzida não está, neste momento, a produzir os melhores resultados nomeadamente face à situação excecional que referi, solicitava que esta questão pudesse ser tida em consideração.

Muito obrigado.

O Sr. Presidente da Mesa:

A informação que me foi transmitida pelos serviços é a de que toda esta documentação foi, de facto, enviada aos líderes de bancada, sendo posteriormente disponibilizada na área reservada. Essa foi a indicação prestada pelos serviços.

Relativamente ao futuro, não vejo qualquer objeção a que, em vez de ser distribuída apenas aos líderes de bancada, essa documentação passe a ser enviada a todos os membros.

Ainda assim, importa esclarecer a razão pela qual este procedimento tem sido adotado: o líder de bancada é o representante da respetiva força política e, nesse sentido, quando a documentação lhe é enviada, pressupõe-se a sua distribuição pelos restantes elementos da bancada.

Não obstante, registo a questão e tomo-a em devida consideração. Os serviços ficam também com essa indicação e, de futuro, a documentação será enviada a todos os membros, e não apenas aos líderes de bancada.

O Sr. Luis Marques do PPD/PSD.CDS-PP:

Em alternativa, poderia também ser equacionada a colocação imediata dos documentos na área reservada, logo que estes deem entrada. Dessa forma, todos os membros teriam acesso direto e poderiam consultá-los atempadamente.

Poderá ser uma solução ou outra, mas importa acautelar este tipo de situações. Embora reconheça que este é um caso excecional, e não a regra, é importante salvaguardar eventuais ocorrências futuras, inclusive noutras bancadas, que possam enfrentar circunstâncias semelhantes.

Assim, ficaremos mais prevenidos para situações desta natureza.

Muito obrigado.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado pela sua sugestão. Irei também articular com os serviços no sentido de introduzirmos essa melhoria ao nível do sistema, permitindo a disponibilização mais célere da respetiva documentação na área reservada.

Contudo, importa referir que, por vezes, os documentos dão entrada com um prazo muito curto por exemplo, com apenas um dia de antecedência, o que pode dificultar a sua colocação imediata na plataforma, do ponto de vista logístico.

Ainda assim, fica desde já o compromisso de que a documentação passará a ser enviada para todos os endereços de correio eletrónico dos membros, e não apenas para os líderes de bancada. Paralelamente, será igualmente colocada na área reservada à medida que for sendo rececionada.

Estão de acordo? Muito bem.

Retomando os trabalhos já tinha feito referência à recomendação e à moção apresentadas pelo Chega, apenas para não me perder na condução da ordem de trabalhos.

Vamos então proceder à votação.

Faça favor, pretende colocar uma questão? Em que sentido?

A Sra. Carla Inácio do CH:

Boa noite.

Referiu que o nosso documento não estar devidamente preenchido, nomeadamente por falta de datas.

Sendo assim, e tendo o mesmo sido aceite, gostaria de perceber por que razão essa situação não foi previamente identificada, nem nos foi comunicada, no sentido de informar que o documento não se encontrava em conformidade com os requisitos exigidos.

Obrigado.

O Sr. Presidente da Mesa:

Os documentos são instruídos pelas respetivas bancadas. Se a bancada não indica a data, não é a Mesa que a define; obviamente, a Mesa não coloca datas por si própria. Cabe, portanto, à bancada selecionar a data que pretende para a discussão do documento, tendo em conta que se trata de um documento do partido e não um documento proveniente da Mesa.

Sim, o documento encontra-se aqui, tal como todos os outros, porque todos os documentos estão sujeitos a submissão e à votação quanto à sua admissibilidade. Posteriormente, cabe ao plenário da Assembleia Municipal decidir, democraticamente, documento a documento, sobre a sua admissão ou não para deliberação e discussão.

Certo?

O Sr. Eurico Paulo do CH:

Parece-me que houve aqui claramente um lapso na submissão do anexo do documento, o qual a mesa notou agora e fez referência ao mesmo, mas também notou há dois ou três dias atrás, quando ele foi enviado.

Portanto, poderia muito bem ter comunicado à bancada que existiam um lapso no anexo para que ele se fosse novamente submetido.

O Sr. Presidente da Mesa:

Não, a moção chegou à Mesa há aproximadamente um dia, como sabem. Por isso, e conforme referi inicialmente, a Mesa não substitui as lideranças nem as próprias bancadas, que têm a responsabilidade de indicar as datas dos documentos, não é a Mesa que define essas datas.

Muito bem. Vamos, então, passar à votação, ponto por ponto. O que estamos a votar neste momento é a admissão dos documentos para discussão. Naturalmente, uma vez admitidas, as moções serão lidas, discutidas e, posteriormente, votadas.

Não se deve, portanto, confundir estas duas etapas: admissão e discussão/votação.

Reiterando, neste momento vota-se a admissão dos documentos.

Estes são os documentos, e passo, assim, a palavra ao Partido Socialista para apresentar a moção que trouxe.

A Sra. Diana Nascimento do PS:

Senhor Presidente, gostaria de colocar apenas duas questões.

A primeira prende-se com o facto de considerarmos que a recomendação não deveria ser objeto de votação, nos termos em que está a ser apresentada para admissão.

O Sr. Presidente da Mesa:

Mas deixem-me explicar. Todos os documentos seja uma recomendação, seja um voto de pesar são sujeitos a votação no âmbito da sua admissão, antes de serem discutidos.

Quando o documento é efetivamente discutido, é nessa fase que, se for o caso, se vota o conteúdo, como no caso de uma recomendação.

Portanto, estamos a falar de dois momentos distintos: a admissão e a votação/discussão do conteúdo. Só queria esclarecer esse ponto.

A Sra. Diana Nascimento do PS:

Muito bem. A segunda questão prende-se com o posicionamento de voto do Partido Socialista.

Nós entendemos, por uma questão de princípio e em conformidade com o Regimento, que as submissões de documentos devem ser feitas com 48 horas de antecedência para chegarem à Mesa.

Tivemos conhecimento de que estas submissões específicas do partido Chega não foram enviadas dentro desse prazo e, por uma questão de igualdade face às outras bancadas, entendemos que não se deve criar o precedente de aceitar documentos submetidos com menos de 48 horas para distribuição às bancadas e para admissão das moções.

Além disso, relativamente à moção em si, verificámos que não estava devidamente preenchida: não constavam as datas e o ponto número três, relativo ao prazo máximo de dias, encontrava-se vazio. Consideramos que, desta forma, trata-se de um documento genérico, e não especificamente direcionado ao concelho de Palmela, carecendo da informação necessária para um debate fundamentado.

Foi por estas razões que o Partido Socialista optou por votar contra ambos os documentos.

Muito obrigado.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito bem, fica registado.

Relativamente ao documento em si, como acontece com todos os documentos, vota-se primeiro a sua admissão, cabendo ao plenário decidir democraticamente se aceita ou não a discussão posterior do mesmo. Foi neste sentido que as bancadas, de forma livre e democrática, exerceram o seu voto.

Quanto às 48 horas, de facto, o Regimento refere esse prazo, mas indica-o como preferencial. Ou seja, não se trata de um requisito absolutamente obrigatório.

O que peço a todas as forças políticas, sem exceção, é que procurem enviar os documentos com um pouco mais de antecedência, de forma que os serviços possam distribuí-los de maneira mais célere e organizada.

Algum esclarecimento? Diga, por favor.

O Sr. Ricardo Oliveira da CDU:

Boa noite, Senhor Presidente.

Começo por cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, a Mesa da Assembleia e todos os membros desta Assembleia, cumprimentar a Senhora Presidente da Câmara Municipal e os Senhores Vereadores presentes, cumprimentar o público aqui presente, a comunicação social, todos os que nos acompanham em casa e os trabalhadores do Município.

Relativamente à questão das 48 horas, este esclarecimento que o Senhor Presidente deu há pouco é, de facto, um fator determinante que nos levou a optar por não discutir neste momento esta recomendação e a moção.

Retomando também as palavras de um colega de bancada, é necessário dispor de tempo suficiente para analisar e refletir sobre os documentos apresentados. Quando estes chegam no próprio dia ou no dia anterior, o tempo para análise é claramente insuficiente.

Se necessário, poderá ser feito um pequeno esclarecimento ou ajuste ao Regimento, fixando concretamente um prazo de 48 ou até 72 horas para submissão dos documentos. Isso permitiria a todos os membros da Assembleia ter condições adequadas para conhecer e avaliar previamente o que será discutido.

Muito obrigado.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado.

Aliás, em sede de conferência de líderes e na própria revisão do Regimento, está prevista, numa das futuras alterações, que este prazo seja claramente balizado, não de forma meramente preferencial, mas como uma regra efetiva, garantindo assim que todos os membros tenham tempo suficiente para analisar todos os documentos.

Bem, dou, então, a palavra ao Partido Socialista para apresentar a respetiva moção.

Moção do PS "Pela defesa da autonomia do poder local democrático e da representação dos municípios na governação portuária"

*Tomou a palavra a **Sra. Diana Braga Neves do Nascimento** para apresentar da moção, que ficará apenso à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta e um votos a favor (dez do CH, dez PS, sete da CDU, quatro do PPD/PSD.CDS-PP).*

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado.

Damos, então, início ao período de discussão e, por isso, pergunto quem pretende inscrever-se?

Registo apenas um pedido de intervenção da bancada do Chega.

O membro Jorge Martins tem a palavra.

O Sr. Jorge Martins do CH:

Cumprimento todos os presentes, bem como aqueles que nos acompanham de casa através das plataformas de streaming, e saúdo, em particular, o Senhor Presidente.

O Decreto-Lei n.º 119/2025, de 13 de novembro, procede à reconfiguração da administração dos Portos de Lisboa, Setúbal e Sesimbra. O grupo do PS propôs à Assembleia da República a apreciação deste decreto, visando a sua alteração ou anulação. O PS contesta a medida, afirmando que esta alteração afasta os municípios da gestão destes portos, retirando-lhes representação, administradores e funções afins. Tal decisão acarreta consequências negativas para vários concelhos, sobretudo aqueles mais próximos destes portos ou que deles dependem.

Recordando, na Assembleia da República, a proposta de apreciação do Decreto-Lei foi chumbada com os votos do Chega, PSD, Iniciativa Liberal e CDS/PP, tendo votado a favor PS, Livre, PCP, Bloco de Esquerda, PAN e JPP Juntos pelo Povo.

Importa sublinhar que o que prejudica verdadeiramente as populações é o facto de os portos de Lisboa, Setúbal e Sesimbra não funcionarem convenientemente, perdendo diariamente competitividade face aos portos espanhóis, como Valência, Algeciras e Vigo. O bom funcionamento destes portos é um fator crítico para a competitividade do país, da nossa região e, consequentemente, para a qualidade de vida das populações.

O Chega, tanto a nível nacional como local, pretende o bem-estar e a melhoria da vida das populações. Se os portos não funcionam adequadamente, é necessário resolver esta situação. Até agora, as medidas implementadas não têm sido eficazes. A responsabilidade não é exclusiva de um órgão, mas também recai sobre a gestão dos portos. Posso afirmar, por experiência própria, que é possível trabalhar melhor no Estado. Precisamos de colocar a economia a crescer mais e melhor. O que não é necessário, de forma alguma, é criar mais organismos ou nomear mais administradores, diretores, secretários, presidentes, vogais e funções afins.

Como tal, o nosso voto será contra, exatamente como o Chega a nível nacional. O partido é o mesmo, os objetivos são os mesmos; por isso, tudo é normal e previsível, como já referi.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado.

Tem a palavra o PPD/PSD.CDS-PP, Luís Marques.

O Sr. Luis Marques do PPD/PSD.CDS-PP:

Boa noite, Senhor Presidente.

Só para informar que, há pouco, levantei o braço para intervir, mas, entretanto, deu-se a palavra à bancada do PS e não me foi concedida a intervenção. Não estou aqui, portanto, nessa qualidade, mas apenas a fazer este esclarecimento. Esperei como me foi pedido, mas o assunto que pretendia abordar era muito semelhante ao que a Dina acabou por tratar, relacionado com a questão da saudação.

Passando, efetivamente, à moção os Portos são equipamentos estruturantes para o país. Palmela propriamente não tem um porto, mas a sua economia depende de vários portos, sejam eles os de Setúbal ou os de Lisboa.

Quando falamos de um equipamento estruturante para a economia de um país, devemos considerá-lo de forma abrangente, para toda a economia nacional, e não apenas sob a perspetiva de uma autarquia ou da vontade de outra. É neste sentido que esta lei foi apresentada à Assembleia da República.

Por isso, não concordamos com esta moção: é necessário olhar para os portos como um equipamento estratégico para toda a economia do país, beneficiando tanto os concelhos mais próximos ou ribeirinhos, como os do interior, que também deles dependem.

Nessa perspetiva, o nosso voto será contra, porque esta lei deve ser analisada sob essa ótica global e não apenas considerando os concelhos mais próximos que dela possam beneficiar de forma limitada.

Tenho dito.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado.

Tem a palavra Ricardo Oliveira, bancada da CDU.

O Sr. Ricardo Oliveira da CDU:

Sobre esta moção, queremos afirmar que, quando verificamos que os 18 municípios da Área Metropolitana de Lisboa estão de acordo e desejam efetivamente ter autonomia para gerir o seu território, ficamos realmente preocupados com a possibilidade de essa autonomia vir a ser retirada.

Por um lado, em certas áreas da sociedade procura-se conferir mais autonomia aos municípios; por outro, neste caso, pretende-se justamente retirar essa mesma autonomia.

Neste contexto, a bancada da CDU associa-se à moção do Partido Socialista. Aliás, seria desejável que esta moção se transformasse numa moção da Assembleia Municipal de Palmela, porque, embora não tenhamos portos no concelho, podemos influenciar a gestão dos portos dos concelhos vizinhos e também queremos ter uma palavra a dizer nesse processo.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado.

Tem a palavra Diana Nascimento, Partido Socialista, e depois... muito rapidamente? força.

O Sr. Luis Marques do PPD/PSD.CDS-PP:

Só um rodapé e pegando naquilo que o Ricardo estava a dizer, os conselhos da Área Metropolitana de Lisboa votaram a favor, mas nós temos a esquecer que o concelho de Évora, o concelho de Beja e vários outros concelhos do interior também precisam dos portos para a sua economia, é isto que eu tinha que dizer, que temos de olhar para uma abrangência e não andarmos apenas para a nossa casa, mas para uma casa que faz falta a todos.

Muito obrigado.

O Sr. Presidente da Mesa:

Tem a palavra a bancada do Partido Socialista, Diana Nascimento.

A Sra. Diana Nascimento do PS:

Senhor Presidente, queria apenas que ficasse registado que a interpretação que o Partido Socialista faz da intervenção tanto do Partido Chega como do PSD e do CDS é a de que estes consideram que a gestão dos portos fica melhor sem a intervenção autárquica.

É importante que as populações saibam isto, porque estamos a falar de um caminho que se seguiu em relação à descentralização e que agora está em causa também com o apoio destes dois partidos que intervieram.

Portanto, no nosso entendimento, fica aqui explícito que existem duas visões contrárias sobre o mesmo assunto.

Relativamente à CDU, deixamos claro que, da nossa parte, a moção poderá ser adotada pela Assembleia Municipal com toda a certeza.

Obrigada.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado.

Em relação às moções conjuntas, normalmente isso acontece quando todos estão de acordo. No entanto, pode ser uma moção em que a CDU, no caso, se junte e saia em conjunto, se assim a CDU entender posteriormente.

O Sr. Ricardo Oliveira da CDU:

Por aquilo que eu percebi da Diana, podemos associar-nos sim à moção.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito bem, fica, fica registado.

O Sr. Jorge Martins do CH:

Sr. Presidente, desculpe, defesa da honra.

O Sr. Presidente da Mesa:

Pode dizer só qual é que é o fundamento que invoca?

O Sr. Jorge Martins do CH: 01:30:26

A bancada do Partido Socialista, referiu uma coisa que não foi aquilo que nós dissemos.

O Sr. Presidente da Mesa:

Então, queira expor.

O Sr. Jorge Martins do CH:

Aquilo que dissemos e que aqui reafirmamos e pensava que tinha ficado claro é que, assim, não está a funcionar. Eu estava numa empresa e nunca utilizei os portos de Setúbal, não funciona. O que temos de dizer é que, se não funciona, temos de mudar. Não é por termos lá mais duas ou três pessoas a ganhar mais dinheiro que isso significa que não vale a pena; não vamos com os "tachos".

Portanto, se não funciona, temos de mudar, e vamos ver se funciona depois com esta alteração. Não tem a ver com os municípios, nem com o facto de terem ou não terem palavra; não sei o que lá estavam a fazer, mas provavelmente não estavam a fazer nada ou estavam a atrapalhar. Mais vale, portanto, que não estejam lá. Essa é a nossa posição.

O Sr. Presidente da Mesa:

Fica registado, muito obrigado.

Gostaria também de deixar nota ao PPD/PSD, na pessoa do membro Luís Marques, de que os membros da mesa da Assembleia Municipal apesar de estarmos aqui em funções, eu como Presidente e os dois secretários podemos perfeitamente fazer as nossas intervenções. Não perdemos a nossa liberdade de expressão; podemos expor as nossas questões e opiniões livremente.

Isto está previsto no regimento e, acima de tudo, na Constituição da República Portuguesa, que garante a liberdade de expressão. Portanto, se os membros desta mesa não tivessem liberdade de expressão, não poderiam desempenhar estas funções. Eu, pessoalmente, não saberia o que estaria a fazer aqui se não pudesse expressar livremente a minha opinião, e é importante que isso fique registado.

O Sr. Luis Marques do PPD/PSD.CDS-PP:

Mas eu nunca pus isso em causa.

O Sr. Presidente da Mesa:

Sim, fez uma alusão à bancada do Partido Socialista e à minha pessoa e, portanto, é importante esclarecer que eu também tenho a minha opinião naturalmente, sou pessoa.

O Sr. Luis Marques do PPD/PSD.CDS-PP:

Foi só de ter dado primeiro a palavra à sua bancada e eu tinha pedido primeiro.

Só isto sem problema, sem problema nenhum, atenção, sem forma depreciativa.

Que fique bem claro e não tenho problema nenhum que passe primeiro a palavra à sua bancada, é uma questão de ordem.

O Sr. Presidente da Mesa:

Não teve a ver com isso, naturalmente, não tem a ver com ser a bancada A, B ou C. Quem levanta o braço primeiro e a mesa regista, naturalmente é por essa ordem. Podia ser o Partido Socialista, podia ser a CDU, podia ser o Chega, acho que isso quer dizer, enfim. Muito bem.

Não havendo mais e pedidos de intervenção neste ponto, vamos passar então à votação desta moção do Partido Socialista.

Aprovado, por maioria, com dezassete votos a favor (dez do PS, sete da CDU) e catorze votos contra (dez do CH e quatro do PPD/PSD.CDS-PP.)

O Sr. Presidente da Mesa:

Depois temos a moção "Pela reparação urgente da EN379 e da EN252 e Pela concretização das suas vias VARIANTES" apresentada pela CDU e a quem eu dou a palavra para apresentação e leitura da mesma.

Moção da CDU "Pela reparação urgente da EN379 e da EN252 e Pela concretização das suas vias VARIANTES"

Tomou a palavra o Sr. João Pedro Alves Ricardo para apresentar da moção, que ficará apenso à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta e um votos a favor (dez do CH, dez PS, sete da CDU, quatro do PPD/PSD.CDS-PP).

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado.

Vamos passar então à discussão da moção. Portanto, pergunto das bancadas, quem é que pretende usar a palavra?

Tem a palavra Jorge Martins do Chega.

O Sr. Jorge Martins do CH:

Se é bom para as nossas gentes, para a nossa terra, votamos a favor.

O bem-estar das populações está acima de qualquer quezília. ou disputa ou politiquice.

Disse.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado.

Tem a palavra Carla Inácio do Chega

A Sra. Carla Inácio do CH:

Boa noite a todos.

Acho interessante a CDU trazer uma moção de censura sobre as estradas, porque, como referem, há três décadas que as estradas estão tão degradadas e não se conseguem os fundos necessários para fazer as reparações.

Recordo-me que, no ano passado, não sei se por obra do destino ou, talvez, por causa das eleições que iam decorrer, conseguiram arranjar o troço de Poceirão até quase Palmela. Não sei por que razão não se prolongou para o resto do concelho.

Mas ainda bem que trazem esta moção, porque faz falta. Nós temos mesmo que reparar as estradas, porque não estão, de todo, em condições para circularmos. Não é necessário estar a comentar ou a fazer caretas, porque estou a falar sobre estradas que todos utilizam, que toda a gente sabe que se encontram em perfeita degradação e que isto não é de agora. Não foi por causa das tempestades que as estradas pioraram.

Eu estou cá há 14 anos em Palmela e ainda não vi uma única estrada em condições. Portanto, não sei por que razão estão admirados. Mas pronto, disse.

O Sr. Presidente da Mesa:

Tem a palavra Jorge Mares, Partido Socialista.

O Sr. Jorge Mares do PS:

Ora, boa noite a todos.

Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Presidente da Câmara, nas vossas pessoas, cumprimento toda a Assembleia, todos os amigos aqui presentes, o público que nos acompanha em casa e a comunicação social. Boa noite a todos.

Esta moção, de facto, é pertinente e importante, talvez uma das mais importantes que está aqui, porque trata de eixos rodoviários estruturantes que atravessam as principais vias do nosso concelho. E digo "do nosso concelho", porque eu percorro quase diariamente algumas dessas vias e vejo efetivamente o aumento do tráfego que elas tiveram uma coisa que, talvez, se tenha triplicado em relação a anos anteriores.

Agora, com as últimas tempestades que ocorreram, houve um agravamento significativo dessas estradas. Elas já não estavam em bom estado. É verdade, como foi dito, já apresentavam desgaste, fissuras e outros problemas, mas agora piorou.

Nós, da Junta de Palmela, enviámos uma carta ao Senhor Ministro há cerca de dois meses, ainda antes das tempestades, e até agora não obtivemos resposta. Efetivamente, estamos preocupados com a situação. É dramática. Logo após, e mesmo durante as tempestades, percorri alguns quilómetros dessas estradas e nunca tinha visto nada assim na minha vida.

Portanto, acho que o Governo do país tem que priorizar esta questão. Sejam os ministros, sejam os grupos parlamentares na Assembleia da República, temos todos os cidadãos envolvidos. Isto não é um problema partidário nem ideológico, é um problema de cidadania, da vida das pessoas, da economia e de tudo o que se relaciona com Palmela, Pinhal Novo e Quinta do Anjo ainda mais numa via que serve a maior indústria portuguesa, a AutoEuropa, e todos os satélites que se situam na envolvente.

Meus queridos amigos, este é um problema nacional. Todos nós, enquanto cidadãos, partidos políticos e defensores das populações, temos de defender esta situação. Trata-se de uma reparação urgente. Hoje vi, ali em Aires, as Infraestruturas de Portugal a pintar as bermas e os eixos centrais da via, quando a estrada não precisa de pintura precisa de uma reparação efetiva, que regule as lombas e nivele o asfalto. O trabalho que foi feito não foi suficiente; carecia de utilização de cilindro para nivelar o asfalto, mas não foi feito. O que fizeram foi um trabalho manual, artesanal, a tapar os buracos com asfalto frio e a compactar com a pá. Isto não resolve o problema, apenas atamanca.

Portanto, temos de pressionar efetivamente o Governo, através de moções e, todos nós, inclusive pelos nossos grupos parlamentares. É importante que venham a Palmela, que vejam o nosso concelho, as dinâmicas, a atratividade turística, e a vergonha que representam as estradas nacionais que conduzem à sede do concelho e às freguesias vizinhas.

Muito obrigado.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado. Tem a palavra PPD PSD, Luís Marques.

O Sr. Luís Marques do PPD/PSD.CDS-PP:

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Efetivamente, esta moção é completamente pertinente e, como dizia alguém da bancada, tudo aquilo que vem em benefício da nossa população não deve ser visto com partidarismo há efetivamente trabalho a fazer.

Sem dúvida que estas estradas nacionais estão em mau estado. Eu conheço-as bem e passo por elas várias vezes, tal como o colega Jorge referiu, e elas precisam, efetivamente, de muita reparação. Acrescentaria ainda a Nacional 5, que já se encontrava bastante degradada e, com as intempéries recentes, piorou ainda mais.

Efetivamente, as nossas vias de comunicação são muito importantes para o desenvolvimento económico e para os atores económicos do nosso concelho. Mas não nos podemos esquecer, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, das nossas vias municipais, que também necessitam de atenção urgente. Nomeadamente, a estrada municipal 533, que é uma via estruturante não nacional, mas essencial assim como a que vai para a Loja Nova, encontram-se completamente degradadas e são da nossa responsabilidade direta.

Dito isto, e apesar de quase me atrever a acrescentar mais algumas vias, a moção apresentada está completamente de acordo connosco, e a nossa posição é favorável à sua aprovação.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado. Tem a palavra da bancada da CDU. Não consigo ver o nome daqui, João Pedro Ricardo da CDU tem a palavra.

O Sr. João Pedro Ricardo:

Para já um esclarecimento: o que nós apresentámos não foi nenhuma moção de censura, foi simplesmente uma moção. Pronto, não tinha nada a ver com censura a ninguém.

Em relação às estradas, aqui referimo-nos exatamente às estradas nacionais. Como disse o colega Jorge Mares, hoje de manhã, às 6 horas, quando fui para o trabalho, verifiquei riscas novas na subida dos Batudes, mas a estrada está cheia de buracos. E estou a falar contra mim próprio, porque trabalho para a IP sou funcionário da IP na parte ferroviária, mas achei um bocado engraçado, infelizmente.

Isto demonstra a forma como estas empresas públicas estão a trabalhar atualmente: tudo com outsourcing. Para quem defende o outsourcing que agora está muito na moda parece ótimo, mas na prática deixou de haver técnicos internos. Neste momento, não há técnicos próprios, e tudo se faz à peça, pago por serviços contratados externamente, e as coisas ficam assim.

Em relação à Nacional 5, pelo que sei, passa dentro do concelho de Palmela, julgo que ali na zona da Marateca, mas não tenho bem noção completa do troço.

O Sr. Luis Marques do PPD/PSD.CDS-PP:

É até à Marateca, a Nacional 5, vai da Marateca até ao concelho de Alcochete, atravessando o nosso concelho de ponta a ponta, terminando novamente na Marateca.

O Sr. João Pedro Ricardo:

Não tenho passado por lá, não tenho problemas nenhuns em incluir nacional 5.

Disse.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito bem.

Então, depois enviem esse aditamento e, se todos concordarem, podemos votar desta forma.

Não havendo mais registo de intervenções, refiro também, relativamente à questão das estradas nacionais e municipais, que este é, de facto, um ponto muito importante. Tanto umas como as outras precisam de ser bem entendidas em termos de competências: saber quais são da responsabilidade do município e quais são do governo.

Sabemos que, do ponto de vista das estradas nacionais, a responsabilidade é do governo, e do ponto de vista das estradas municipais, é dos municípios. Muitas vezes, observa-se que as juntas de freguesia, com recursos financeiros e equipamentos limitados, têm um trabalho muito ingrato na manutenção dos aceiros, muitos dos quais, com a queda de chuvas, abrem constantemente buracos. E depois, ao tapá-los, passado um dia já estão novamente abertos. Além disso, a colocação de pessoal e máquinas, muitas vezes insuficientes, torna este trabalho ainda mais desafiante.

É um esforço que podia ser mais bem aproveitado em outras áreas de investimento para as pessoas. Por isso, deixo também esta nota: seria importante pensar, no futuro, numa estratégia municipal que contemplasse a repavimentação ou manutenção de aceiros efetivamente mais utilizados pelas pessoas, e não apenas com base na ideia de que passam ali apenas agricultores ou tratores.

Quero, assim, juntar-me e ser solidário com as nossas juntas de freguesia, que desempenham este trabalho muitas vezes hercúleo.

Vamos passar então à votação desta moção.

Aprovado, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (dez do CH, dez do PS, sete da CDU e quatro do PPD/PSD.CDS-PP).

O Sr. Presidente da Mesa:

Passando então à próxima moção.

Moção da CDU "Pela Construção urgente da AT10 da Ribeira da Salgueirinha, Pinhal Novo"

Tomou a palavra o Sr. Mário José Alves de Sousa Brinca para apresentar da moção, que ficará apenso à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta e um votos a favor (dez do CH, dez PS, sete da CDU, quatro do PPD/PSD.CDS-PP).

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado.

Damos então início à discussão desta moção e para esse efeito pergunto das bancadas da assembleia quem é que se pretende inscrever?

Muito bem, PPD/PSD.CDS-PP, Yolanda.

A Sra. Yolanda Silva do PPD/PSD.CDS-PP:

Muito obrigada, Senhor Presidente.

Cumprimento, na sua pessoa, os restantes membros da mesa, senhora presidente, e também a senhora presidente da Câmara, os vereadores presentes, os membros desta Assembleia, os trabalhadores do município, a comunicação social e todos aqueles que nos acompanham a partir de casa.

Ora, a moção faz todo o sentido e, sendo assim, votaremos a favor. É importante referir que a situação é de facto perigosa, com risco de derrocada da linha do comboio e da estrada do Alentejo. Existem também outras situações preocupantes: sempre que chove, os terrenos à volta ficam alagados e, caso a estrada ruja, muitos moradores ficarão sem acesso às suas casas, podendo apenas sair a pé, sem possibilidade de utilização de veículos.

Portanto, no nosso entender, esta questão é de extrema importância para os munícipes e acompanharemos, com certeza, a implementação desta moção.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado.

Não registando mais pedidos de intervenção, passamos à votação desta moção.

Aprovado, por unanimidade, com vinte e oito votos a favor (oito do CH, dez do PS, seis da CDU e quatro do PPD/PSD.CDS-PP).

O Sr. Presidente da Mesa:

Próximo documento, saudação da CDU.

Saudação da CDU "Abaixo o Pacote Laboral"

Tomou a palavra o Sr. Ricardo José Oliveira para apresentar a saudação, que ficará apenso à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta e um votos a favor (dez do CH, dez PS, sete da CDU, quatro do PPD/PSD.CDS-PP).

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado.

Relativamente esta saudação que se vota, também dou só essa essa nota. Vamos passar então à discussão da mesma. E para esse efeito pergunto se alguma das bancadas pretendo usar a palavra. PPD/PSD.CDS-PP, Luís Marques tem a palavra.

O Sr. Luis Marques do PPD/PSD.CDS-PP:

Obrigado, Senhor Presidente.

Bem, acho que venho aqui repetir algumas palavras do que já disse há mais ou menos um mês, em que abordámos o mesmo tema: mais uma greve e, mais uma vez, o pacote laboral. Continuamos a fazer greves por um pacote laboral que ainda está em negociação.

Gostaria de referir que a negociação está a ser feita com todos os agentes e, pelo que nos parece, a CGTP continua a fazer um braço de ferro muito grande. Não se trata sequer das propostas que vão ser apresentadas, mas sim da negociação em si. Continuamos a assistir à mesma postura: dizer “não, não e não”, recusando mexer em nada. Depois, no entanto, reclamam aumentos de salários e melhores condições de trabalho.

Com a atual lei laboral, já verificámos que podemos perder um pouco de competitividade e que existem desafios adicionais no mercado de trabalho, cada vez mais globalizado e dinâmico, que exigem atenção.

Voltamos assim a estar perante uma manifestação ou greve por algo cuja decisão ainda não existe. Ou seja, estaremos a reivindicar uma medida cujo desfecho é incerto. Como tal, não podemos concordar com essa ação neste momento.

Quanto à saudação, há partes com as quais concordamos: a revisão, o melhor salário e melhores condições de trabalho, claro que sim. Mas primeiro é necessário esperar para conhecer as propostas que serão efetivamente apresentadas.

Por fim, é importante sublinhar que, numa negociação, há sempre dois lados e, idealmente, dois ganhadores. Se assim não for, não se trata de negociação.

Tenho dito. Muito obrigado.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado.

Não registo mais nenhum pedido de intervenção.

Dois? Então, bancada do Chega Jorge Martins e depois da CDU.

O Sr. Jorge Martins do CH:

Bom, nós também já tínhamos comentado este assunto, portanto já tínhamos estado a debatê-lo aqui na assembleia.

A melhoria da vida dos trabalhadores só se consegue com diálogo os trabalhadores e os empreendedores não são inimigos. Não são inimigos. Os inimigos estão lá fora, estão nas outras empresas que nos fazem concorrência e que nos fazem perder dinheiro.

Governo e sindicatos têm estado muito mal neste processo, por isso nós vamos votar contra.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado.

Tem a palavra a bancada da CDU.

O Sr. Ricardo Oliveira da CDU:

Bem, eu começava por fazer um pequeno esclarecimento. Isto não é uma greve; trata-se de um sábado de manhã no Porto e à tarde em Lisboa. O convite que se faz é para que as pessoas tirem um bocadinho do seu tempo e possam participar. Não quer dizer que não haja pessoas que trabalhem ao sábado ou que, por isso, possam não ir.

O exemplo da greve foi dado porque a última greve geral, nos últimos 12 anos, com as duas centrais sindicais, teve uma adesão enorme. E, quando olhamos para uma negociação em que, em cima da mesa, o governo oferece meia carcaça porque o subsídio de refeição proposto é de 15 cêntimos e uma carcaça custa 30 cêntimos, quer dizer, isso diz tudo. Mais do que isto, meia carcaça é a proposta inicial. Então, quando chegarmos a uma carcaça inteira com uma bifana lá dentro? Se calhar nunca.

Portanto, está na hora de mostrarmos o nosso descontentamento. Ainda hoje, nas notícias, uma das centrais sindicais neste caso a UGT, que por vezes acompanha mais de perto as negociações, apresenta claramente

muitas dúvidas. Quanto à CGTP, perante propostas destas, sentar-se à mesa, pelos vistos, não. Mas pronto, cada um define a sua posição sobre isto.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado.

Vamos então passar à votação desta saudação

Aprovado, por maioria, com dezasseis votos a favor (dez do PS e seis da CDU) nove votos contra do CH e quatro abstenções do PPD/PSD.CDS-PP).

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito bem, passando para a saudação seguinte, apresentada pela bancada da CDU.

Tem a palavra para apresentar e fazer a leitura.

Saudação da CDU "Dia Internacional da Mulher – Igualdade na Lei e na Vida"

*Tomou a palavra a **Sra. Érica Sofia Carreiro Ribeirinho** para apresentar a saudação, que ficará apenso à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta e um votos a favor (dez do CH, dez PS, sete da CDU, quatro do PPD/PSD.CDS-PP).*

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado.

Vamos passar, então, à discussão desta saudação e, para esse efeito, pergunto às bancadas quem pretende usar da palavra?

Portanto, PPD/PSD, CDS e, depois, o Partido Socialista.

A deputada Yolanda terá a palavra, e, posteriormente, Maria Clara Félix.

A Sra. Yolanda Silva do PPD/PSD.CDS-PP:

Muito obrigada, Senhor Presidente.

Quanto a esta saudação, a mesma é dirigida às mulheres, e quero aqui realçar que nós, bancada do CDS, somos solidários com todas as mulheres. Contudo, a saudação incide sobre vários outros assuntos. Passo a citar, no quinto parágrafo aborda a situação laboral, no sexto parágrafo o Serviço Nacional de Saúde, no sétimo, a habitação; no oitavo, o contexto de guerra; e ainda refere o 25 de abril.

Ora, qual é o problema disto? O documento quer dizer tudo e, ao mesmo tempo, não diz nada, na medida em que vários dos assuntos aqui tratados são transversais a todos, mulheres e homens. Assim sendo, e reforçando, nós somos solidários com as mulheres, mas não nos faz sentido um documento que englobe vários assuntos, muitos deles desconexos, apresentados como um aglomerado de palavras.

Para terminar, por respeito às mulheres e ao dia 8 de março, que deve ser lembrado e bem, nós nos absteremos.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado.

Tem a palavra Maria Clara Félix, do Partido Socialista.

A Sra. Maria Clara Félix do PS:

Boa noite.

Boa noite, senhor presidente, membros da mesa, senhora presidente da Câmara, senhores vereadores, caros colegas, público presente e a acompanhar-nos em casa.

Inicialmente, ia dizer algumas coisas, mas a intervenção anterior fez-me refletir e decidir acrescentar mais algumas considerações.

Neste documento, começa-se por referir o compromisso com a luta histórica das mulheres pela igualdade, dignidade, direitos e paz. Este compromisso é, de facto, histórico e faz-me lembrar, neste momento, como ele é internacional e relevante.

Recordo, por exemplo, Simone de Beauvoir, que nos anos 60 nos lembrava que os direitos nunca estão totalmente ou definitivamente adquiridos. Ou seja, qualquer direito, a qualquer momento, pode ser colocado em causa.

Além disso, Portugal também teve uma grande mulher, muitas vezes esquecida, que lutou em diversas frentes e se destacou internacionalmente: Maria de Lourdes Pintasilgo. Recomendo a leitura de muitos textos que esta grande mulher escreveu. Uma das ideias que ela transmitia era que, se falamos dos direitos das mulheres, mas não falamos do trabalho, da saúde ou da educação, então onde está a mulher? Ficaria apenas como uma figura decorativa, pergunto eu.

Portanto, lembrando estas duas mulheres e reforçando o papel de muitas outras, cujos nomes talvez não sejam tão conhecidos, mas que têm sido grandes lutadoras, associamo-nos a esta moção. E, se a CDU nos permitir, gostaríamos de fazer parte desta moção.

Tenho dito.

O Sr. Presidente da Mesa:

E agora tem a palavra a bancada da CDU, podendo, portanto, fazer esta intervenção na sua qualidade de membro da assembleia, mesmo estando na mesa.

Tal como eu, tal como qualquer outro membro, tem pleno direito à palavra.

A Sra. Érica Ribeirinho da CDU:

Obrigada.

Fiz logo estes apontamentos no sentido do que agora foi dito pela Maria Clara. De facto, podem ser transversais a todos, mas as mulheres são sempre as primeiras a serem alvo quando estes direitos começam a ser questionados e não estão completamente conquistados, como aqui já foi referido.

Basta ver, agora, e sei que não gostam muito, mas com o pacote laboral, o primeiro ataque que depois tiveram de recuar, porque perceberam que não havia como avançar, incidiu precisamente em questões das mulheres: a amamentação, a maternidade, ou seja, acho contraditório dizer que as mulheres não estão presentes nas questões do trabalho, da habitação e da saúde.

Veja-se, pela maternidade, são as urgências obstétricas que se encontram nesta situação. Veja-se no Barreiro, que se vai fechar, veja-se em Setúbal, também com estas situações.

Portanto, considero que é um completo desligamento afirmar que as mulheres não estão presentes ou que não têm uma posição firme e muito importante nestes temas.

E sim, claro, o PS pode juntar-se também à nossa saudação.

Obrigada.

O Presidente da Mesa:

Muito obrigado.

Tenho, dois pedidos de segundas intervenções de bancadas, peço, por favor, que tanto a CDU como o PPD/PSD façam uma breve explanação.

Está bem?

A Sra. Yolanda Silva do PPD/PSD.CDS-PP:

Uma nota muito rápida, não foi dito que os assuntos não concernem as mulheres.

O que foi dito é que são assuntos transversais aos sexos, às mulheres e aos homens. Não faz sentido estarem todos numa saudação às mulheres. Foi isso que foi dito.

O Sr. Mário Brinca da CDU:

Bancada CDU. Ora, só queria acrescentar uma questão e insistir ainda mais nisto. Eh, eu penso que a Yolanda falou aqui na questão do quinto parágrafo, que trata da valorização do trabalho. É transversal a todos, é verdade, mas as mulheres, principalmente enquanto mães e todos sabemos que, em casa, geralmente têm mais tarefas do que os homens são manifestamente mais prejudicados neste sentido.

No parágrafo seguinte, fala-se do Serviço Nacional de Saúde e do acompanhamento das grávidas, do acesso aos cuidados e da saúde sexual. Isto é exclusivamente para as mulheres. Os homens, que eu saiba, ainda não podem ficar grávidos, e a questão da saúde sexual e da gravidez afeta principalmente a mulher.

No parágrafo seguinte, que aborda o 25 de abril, sabemos que quem mais ganhou em termos de direitos foram as mulheres. Todos ganhámos, é verdade, mas, principalmente, foram as mulheres, porque antes não eram consideradas iguais em direitos relativamente aos homens.

Não sei se isto não é uma saudação às mulheres, se não for, peço apenas que se reconheça que, para terminar, este documento, embora possa não ser exclusivamente, fala principalmente das mulheres.

Disse.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito bem.

E como aqui a bancada do Chega ainda não tinha feito nenhuma intervenção, tem a palavra.

O Sr. Eurico Paulo do CH:

Muito boa noite a todos.

Relativamente aqui a esta saudação, eu reforço já foi dito aqui, diz um bocadinho de tudo, sem dizer nada e de muito concreto, leva aqui com o "25 de Abril" e o fascismo e aquela conversa de sempre. Aquilo que eu queria perceber aqui um bocadinho melhor é o que é que é o pleno cumprimento do direito de interrupção voluntária da gravidez para opção da mulher sem obstáculos constrangimentos ou discriminações? Eu pergunto isto porque desde que o aborto foi legalizado em Portugal contamos já com mais de 250.000 mil interrupções voluntárias da gravidez, das quais 2 a 3% são por razões de saúde ou de má formação e do feto, sendo que as outras 97 são por opção.

Consideram que a mulher não tem ainda no nosso país e livre acesso a aborto, necessitamos de mais acesso ao aborto? Gostaria que clarificassem um bocadinho isto. Este é um ponto a decididamente com o qual nós não concordamos.

Iremos optar pela abstenção nesta votação.

Disse.

O Sr. Presidente da Mesa:

A CDU já fez duas intervenções, mas como o Chega direcionou uma pergunta, dou a palavra então à CDU.

Também peço que sejam breves na nesta questão de responder à bancada do Chega, tendo em conta que vos direcionaram uma questão.

A Sra. Zoraima Prado da CDU:

Ora, antes de mais, até agradecemos a questão porque é uma discussão interessante para se ter e tem-se tido mais recentemente em sede da Assembleia até pelas alterações legislativas que se pretendem fazer a esta lei, que está manifestamente e relativamente aos restantes países da Europa eh na cauda do progresso.

Por exemplo, em Portugal, a interrupção EVG é permitida a partir das 20 semanas, quando noutros na larga maioria já é a partir das 10 semanas, a questão do acompanhamento psicológico funciona em Portugal quase como coação, quando noutros países já está eliminado. Mais, Portugal é um dos países com maiores objetores de consciência, chegando instituições inteiras a declararem-se como objetoras de consciência, quando isto nem sequer é legalmente possível.

Portanto, agradecemos a questão e realmente no que se refere ao aborto, estamos na cauda da Europa. Precisamos inclusivamente de melhorar aquilo que é a prática e melhorar no sentido do progresso aquilo que é a legislação.

Disse.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado.

Vamos proceder então à votação desta saudação "Dia Internacional da Mulher", igualdade na lei e na vida apresentada pela CDU.

Aprovado, por maioria, com dezassete votos a favor (dez do PS e sete da CDU) e catorze abstenções (dez do CH e quatro do PPD/PSD.CDS-PP).

Moção do CH "Censura Política à atuação da Câmara Municipal de Palmela"

Foi rejeitada a sua admissão por maioria, com dezassete votos contra (dez PS e sete da CDU) e quatorze votos a favor (dez do CH e quatro do PPD/PSD.CDS-PP).

Recomendação do CH "Temporal prevenção e consequências, análise de caso"

Foi rejeitada a sua admissão por maioria, com dezassete votos contra (dez PS e sete da CDU) e quatorze votos a favor (dez do CH e quatro do PPD/PSD.CDS-PP).

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito bem, terminámos a documentação. Agora, também no ponto que estamos aqui a abordar o período antes da ordem do dia trata-se de um momento em que os membros da Assembleia podem questionar diretamente o Executivo sobre matérias de interesse para o município e para as pessoas.

Assim, peço que se inscrevam. Aqueles que pretendam usar da palavra, peço que levantem o braço e não o baixem de imediato, por favor, para conseguirmos anotar todos. Está bem?

Tem a palavra, inicialmente, Nuno Valente, Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo.

O Sr. Nuno Valente do CH:

Ora, boa noite a todos.

Antes de mais, uma boa noite ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, às senhoras e aos senhores membros da Mesa, aos senhores secretários e a todo o Executivo, às senhoras e aos senhores vereadores e à senhora Presidente da Câmara Municipal.

Aquilo que aqui trago é, portanto, uma declaração enquanto Presidente de Junta de Freguesia uma declaração pública e não política. Passarei então à sua leitura e, posteriormente, entregarei uma cópia devidamente acompanhada da moção associada, já votada em Executivo, em reunião ordinária da freguesia.

Declaração Pública

Pela defesa do território, da saúde pública e dos recursos hídricos do concelho contra a eventual ampliação do Aterro do Eco Parque de Palmela.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Senhoras e Senhores Membros de Assembleia Municipal

Senhora Presidente da Câmara Municipal

Senhoras e Senhores Vereadores

A eventual ampliação do Aterro do Eco parque de Palmela, localizado na freguesia da Quinta do Anjo, representa uma decisão com impacto estrutural no território, no ambiente e na qualidade de vida das populações do concelho.

No dia **21 de janeiro de 2026**, foi enviada à Senhora Presidente da Câmara Municipal de Palmela uma Carta Aberta sobre esta matéria, contendo questões concretas e preocupações legítimas das populações da Quinta do Anjo. Essa posição foi formalmente aprovada em reunião do Executivo da Junta de Freguesia realizada a **4 de fevereiro de 2026**. A mesma moção a **12 de fevereiro** do corrente ano, foi enviada à Câmara Municipal, Assembleia Municipal, Assembleia de Freguesia, restantes freguesias do Concelho, imprensa regional e nacional.

Até à presente data, não foi rececionada qualquer resposta institucional às questões colocadas, situação que se considera inaceitável perante a gravidade do tema.

Segundo notícia publicada no jornal *Público* (01/12/2025), o encerramento do aterro do Eco parque do Seixal em 2028, estando a ser considerada, como consequência, a ampliação do aterro de Palmela. Esta possibilidade surge num contexto de reconhecido esgotamento da capacidade de deposição em aterro na região, mas também num quadro em que se impões reforçar políticas de redução, reciclagem e valorização dos resíduos. Tal cenário configura a transferência de um problema estrutural da região para o território da Quinta do Anjo, sem que exista, até ao momento, posição política clara e pública por parte do Município de Palmela.

Importa recordar que o aterro do Seixal foi alvo de forte contestação social e institucional, tendo a respetiva Câmara Municipal recorrido aos tribunais para travar a sua expansão, invocando riscos ambientais e de saúde pública.

Importa ainda que o aterro de Palmela encontra-se implantado sobre aquíferos estratégicos da Margem Sul do Tejo, fundamentais para o abastecimento de água à região, o que reforça a necessidade de máxima prudência, transparência, transparência e escrutínio público.

Acrescem as preocupações recentemente tornadas públicas através de reportagem no canal NOW, que deu visibilidade a alegados problemas operacionais e alertas internos anteriormente comunicados em 2023 aos municípios, pela Comissão de Trabalhadores da AMARSUL.

A sua proteção constitui um dever político e moral inalienável.

Num contexto em que as orientações nacionais e europeias apontam para a redução da deposição em aterro e para o reforço da economia circular, a expansão desta infraestrutura representaria um claro retrocesso ambiental.

Face ao exposto, a Junta de Freguesia de Quinta do Anjo;

1. Manifesta preocupação, quanto ` eventual ampliação do Aterro do Eco parque de Palmela;

2. Solicita à Câmara Municipal de Palmela esclarecimento público e formal sobre qualquer intenção ou comunicação recebida relativamente a esta matéria;
3. Requer resposta às questões constantes da Carta Aberta enviada em 21 de janeiro de 2026;
4. Recomenda a promoção urgente de debate público envolvendo Juntas de Freguesia do Concelho, Assembleia Municipal e populações diretamente afetadas;
5. Defende que qualquer decisão futura seja precedida de avaliação ambiental rigorosa, plena transparência e participação pública efetiva.

A defesa do ambiente, da saúde pública, dos recursos hídricos estratégicos e da qualidade de vida das populações do concelho, deve constituir prioridade absoluta.

Palmela não pode ser solução de compensação regional para a incapacidade estrutural de gestão de resíduos.

A responsabilidade política exige posição, transparência e coragem.

A Junta reafirma que não aceitará decisões tomadas à margem do escrutínio democrático em prejuízo das populações do Concelho.

O Sr. 1º Secretário da Mesa:

Obrigado.

Senhora Presidente, quer responder já ou damos a palavra à Sra. membro Natália Correia?

Natália, faz favor.

A Sra. Natália Correia do PPD/PSD.CDS-PP:

Saúdo todos os presentes.

Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara, Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia e Senhores Secretários, Excelentíssimas Senhoras e Senhores Vereadores, Excelentíssimos membros da Assembleia Municipal, público em geral tanto os que se encontram presentes como os que assistem a partir de casa e comunicação social.

Pelo que constatei no Plano 2026–2030, no que diz respeito ao saneamento nomeadamente à construção de redes de esgotos domésticos não consta qualquer intervenção para diversos locais, tais como Lagoinha e Olhos de Água. Refiro estas localidades porque tenho contacto direto com a população, que tem apresentado várias queixas sobre esta situação.

Estando já no século XXI e a poucos quilómetros da capital, parece-me inaceitável não existir saneamento básico, ainda para mais quando o mesmo não surge previsto no plano apresentado. Espero, por isso, que reconsiderem esta situação e procedam a uma revisão do plano.

Tenho ainda uma outra questão: gostaria de saber se está prevista, no plano uma vez que não encontrei qualquer referência a possibilidade de colocação de uma passadeira junto ao restaurante Canasta das Febras, na Lagoinha. A quantidade de pessoas que atravessa a estrada naquela zona justifica plenamente a existência de uma passadeira e, eventualmente, até de sinalização luminosa, tanto mais que existem paragens de autocarro em ambos os lados da via. Há estudantes que utilizam o transporte público para se deslocarem para a escola e regressarem a casa.

Obrigado.

O Sr. 1º Secretário da Mesa:

Obrigado.

Sr. João Lemos do CH.

O Sr. João Lemos do CH:

Boa noite.

Cumprimento o Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Palmela e os restantes membros da Mesa. Cumprimento, igualmente, a Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal e os restantes membros do Executivo. Saúdo ainda os Excelentíssimos membros dos partidos políticos aqui representados e todo. o público em geral.

Gostaria de dirigir algumas questões à Senhora Presidente.

Senhor Presidente, confirma que o artigo 89.º do RJUE continua a atribuir à Câmara Municipal o dever legal de fiscalizar todas as operações urbanísticas no concelho?

Em segundo lugar, confirma também que o denominado "Simplex Urbanístico" não revogou nem afastou esse dever legal de fiscalização?

Pode, então, esta Câmara informar quando foram realizadas ações de fiscalização nas obras de Palmela Village e Palmela Dreams, desde o início da sua execução? Existem autos de fiscalização, relatórios ou notificações formais relativas a essas obras?

Caso não tenham existido ações de fiscalização suficientes, considera o Executivo que está a cumprir o dever legal de controlo urbanístico que lhe está cometido?

Porque uma coisa é a simplificação administrativa; outra, bem diferente, é a ausência de fiscalização. E essa distinção é fundamental para a credibilidade do município.

Nenhuma operação de loteamento ou construção de empreendimentos urbanos pode ocorrer sem controlo e fiscalização municipal. Não existe, juridicamente, construção urbanística estrutural fora da intervenção da Câmara. Mesmo existindo alvará de loteamento aprovado, não desaparece o controlo municipal, nem o licenciamento, nem a intervenção da Câmara. O que mudou foi a forma: passou a haver comunicação prévia, acompanhada de termo de responsabilidade e título urbanístico.

Compete ao contencioso jurídico camarário apurar se houve atos administrativos ilegais, omissões graves, violação do RJUE, do PDM e de deveres funcionais, bem como determinar quem decidiu, quem instruiu os processos, quem assinou e quem deixou prescrever.

Relativamente a este cenário, pode a lei prever que, na eventualidade de existirem indícios de atos, licenças, pareceres ou despachos ilegais, omissão de atuação ou tolerância prolongada de ilegalidades conhecidas, tais factos possam indiciar a prática de ilícitos criminais, designadamente no âmbito da corrupção.

Tenho dito.

O Sr. 1º Secretário da Mesa:

Muito obrigado.

Maria Clara Félix.

A Sra. Maria Clara Félix do PS:

Bom, não vou voltar a dizer boa noite, pois já todos foram devidamente cumprimentados.

Trago apenas uma questão simples, relacionada com o nosso parque conhecido, em Palmela, como a Esplanada, ou, mais corretamente, Parque Venâncio Ribeiro da Costa. Para mim, desde sempre, será a "Esplanada".

Gostaria de saber se, neste momento, estão planeadas algumas intervenções no parque e se existe um prazo previsto para a sua reabertura.

Aproveito ainda para partilhar uma preocupação, hoje passei pelo local, pelo exterior, e verifiquei que, apesar das baias colocadas para impedir o acesso, havia crianças no interior, bem como uma senhora a passear o

cão e um jovem sentado a fazer uma espécie de piquenique. Tendo em conta a existência de árvores caídas, parece-me que poderá haver algum perigo.

Talvez fosse importante reforçar a sinalização de risco ou adotar medidas adicionais de prevenção, uma vez que as baías, por si só, são facilmente ultrapassáveis. Não sei qual será a melhor solução, mas deixo esta observação.

Muito obrigada.

O Sr. 1º Secretário da Mesa:

Obrigado.

João Estróia Vieira.

O Sr. João Estróia Vieira do PS:

Muito boa noite a todos os presentes.

Na pessoa do Senhor Primeiro Secretário, cumprimento todos aqueles que aqui se encontram, bem como todos os que nos acompanham, presencialmente e online. Sejam bem-vindos à freguesia mais bonita do nosso concelho.

Gostaria de colocar algumas questões ao Executivo Camarário e já sinto alguns olhares de vários lados.

Em primeiro lugar, gostaria de obter um ponto de situação sobre as intervenções que estão a ser realizadas nas estradas da freguesia de Pinhal Novo. Creio que o material que tem sido aplicado nos últimos dias será apenas uma solução temporária; se assim não for, confesso que ficarei bastante desagrado. Gostaria, por isso, de saber se existe já um plano de intervenção definido, pelo menos para algumas das vias com maior circulação, e quais os respetivos prazos de execução.

Não posso deixar também de manifestar o meu desagrado relativamente à deficiente recolha de resíduos na nossa freguesia, por parte da Amarsul. Seria importante que a Câmara Municipal assumisse uma posição firme em defesa desta freguesia face ao fraco serviço que tem vindo a ser prestado.

Aproveito ainda para reforçar a necessidade já conhecida pelos serviços camarários de aumentar o número de contentores de resíduos indiferenciados em várias zonas que, nos últimos anos, registaram um crescimento populacional significativo e que carecem de resposta adequada.

Relativamente às intempéries recentes, quero deixar expressa a total disponibilidade da Junta de Freguesia para, em conjunto com a Câmara Municipal, avaliarmos as situações em que poderíamos ter feito mais e melhor, nomeadamente ao nível da limpeza de valas e da desobstrução de linhas de água. Estamos disponíveis para esse trabalho conjunto.

Não poderia deixar de agradecer toda a articulação entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Pinhal Novo, que permitiu chegar aos locais mais afetados e mitigar os impactos verificados. Agradeço igualmente ao Executivo e a todos os funcionários da Câmara Municipal que estiveram no terreno e sempre ao nosso lado.

Por fim, e ainda no âmbito das intempéries, não poderia deixar de dirigir uma palavra muito especial aos nossos bombeiros. São, muitas vezes, os esquecidos, mas são quase sempre os primeiros a chegar. Gostaria, por isso, que numa das próximas Assembleias Municipais pudéssemos vir a aprovar uma moção pela revisão da carreira profissional dos bombeiros, bem como das formas de financiamento para a manutenção e aquisição de equipamentos e viaturas.

Disse.

O Sr. 1º Secretário da Mesa:

Muito obrigado.

Diana Nascimento.

A Sra. Diana Nascimento do PS:

Boa noite, novamente.

Gostaria de colocar algumas questões ao Executivo.

Em primeiro lugar, não sei se já têm conhecimento de que têm surgido algumas reclamações relativamente à nova empresa responsável pelo fornecimento de refeições escolares, que opera desde o início do presente ano letivo, a ICA - Indústria e Comércio Alimentar, S.A. Temos recebido algumas queixas, essencialmente por dois motivos.

Nas escolas que não dispõem de cozinha, sente-se uma diminuição na quantidade de comida servida por criança. Têm-nos sido reportados casos nomeadamente na Escola Hermenegildo Capelo e no Bairro Alentejano em que as porções são, de facto, reduzidas e em que a comida nem sempre chega nas melhores condições, precisamente por não ser confeccionada no local.

Já nas escolas que possuem cozinha, a questão prende-se mais com a adequação das ementas, que, por vezes, incluem refeições algo pesadas, como feijoadas ou rancho. Tem-nos sido pedido que sensibilizemos para o facto de estas opções nem sempre serem as mais adequadas, sobretudo para crianças do pré-escolar e do 1.º ciclo, que não têm alternativa nesses dias. Em alguns casos, não se trata apenas de preferências alimentares, mas sim de refeições que não se ajustam devidamente a estas faixas etárias.

Ainda no âmbito das escolas, tivemos informação de que, na Escola Básica de Matos Fortuna, o elevador se encontra avariado há já algum tempo. Sabemos que a Senhora Vereadora já visitou a escola e que a situação está identificada; no entanto, também sabemos que, nas últimas semanas, há um aluno que necessita de se deslocar com canadianas. Assim, gostaríamos de saber se existe previsão para a reparação do elevador e, em caso afirmativo, para quando.

Relativamente ao trânsito, foi-nos também reportado que, na Estrada da Volta da Pedra, o congestionamento se mantém ou até se agravou, apesar da rotunda construída junto à Linha do Caminho de Ferro, que melhorou a circulação na parte inferior, mas não tanto na superior. Sabendo que se trata de uma via sob responsabilidade da Infraestruturas de Portugal, questiona-se se o Município tem prevista alguma intervenção ou articulação com essa entidade para dar resposta a este problema.

Por fim, na Rua Florbela Espanca que liga o Grupo Desportivo da Volta da Pedra à rotunda, questionamos se existe perspetiva de requalificação dos arruamentos, nomeadamente com a criação de passeios, uma vez que nos foi transmitido que tanto crianças como viaturas circulam na faixa de rodagem, devido à falta de condições de segurança para peões. Sabemos que poderá existir um projeto para esta via, mas gostaríamos de perceber se o mesmo já se encontra em desenvolvimento.

Para já, era isto.

Obrigada.

O Sr. 1º Secretário da Mesa:

Obrigado.

Cristina Moura.

A Sra. Cristina Moura da CDU:

Boa noite.

Gostaria de cumprimentar, na pessoa do Senhor Presidente, todos os presentes e de me focar em alguns pontos que considero preocupantes.

Já foi aqui referido, pelas restantes bancadas, a questão dos efeitos da tempestade "Christin" no arvoredado. No meu caso, gostaria de me centrar no arvoredado urbano do Parque Venâncio Ribeiro da Costa. Trata-se de um parque com características muito particulares: é bastante amplo e possui entradas e saídas informais, o que dificulta uma vedação mais rigorosa e eficaz. Por esse motivo, exige uma atenção redobrada.

Gostaria ainda de salientar um aspeto relacionado com o Regulamento do Arvoredo Urbano, aprovado no ano passado (Regulamento n.º 1111/25), no qual foi realizado o inventário das espécies urbanas. Tendo em conta esse inventário e os danos agora verificados, considero importante que este episódio sirva também como um exercício para atuarmos de forma mais eficaz, procedendo a um levantamento rigoroso dos danos.

Trata-se, aliás, de uma lacuna a nível nacional: não existem, de forma sistematizada, registos detalhados sobre os danos no arvoredo nomeadamente quanto às espécies afetadas, quantidades ou volume de material lenhoso. Esta é, portanto, uma oportunidade para fazermos esse trabalho de forma correta e ficarmos com dados que permitam, no futuro, uma melhor avaliação e planeamento.

Por outro lado, seria importante elaborar um plano de valorização do material lenhoso resultante das árvores derrubadas, por exemplo através da sua transformação em estilha, aproveitando o destrocador já adquirido e que, tanto quanto sei, se encontra atualmente no Poceirão. Sendo um equipamento de uso partilhado entre freguesias, esta poderá ser uma boa oportunidade para o colocar em funcionamento e retirar proveito deste recurso.

Importa também ter em consideração a presença de espécies invasoras no parque, como as acácias, que poderão igualmente ter sido afetadas, exigindo cuidados específicos na sua gestão.

Acresce que esta situação deve ser analisada em articulação com fenómenos anteriores, nomeadamente os incêndios. Com os fogos, foram eliminadas algumas espécies de grande porte como os eucaliptos que desempenhavam uma função importante de barreira aos ventos. A sua ausência poderá ter contribuído para uma maior exposição do parque a ventos dominantes, agravando os efeitos da tempestade.

Assim, no planeamento futuro, será fundamental ter em conta fatores como a dominância dos ventos, a escolha adequada das espécies e o desenho do espaço, de forma a reforçar a sua resiliência.

Por outro lado, gostaria também de abordar a questão das hortas urbanas. O regulamento municipal em vigor data de 2013 e, na minha perspetiva, carece de revisão. Essa revisão poderá incidir, por exemplo, sobre o regime de taxas, os mecanismos de fiscalização e também sobre o modelo de renovação das parcelas.

Atualmente, as atribuições têm a duração de um ano, sendo renováveis, mas sem um limite definido, o que permite renovações sucessivas sem termo. Talvez fosse pertinente refletir sobre este modelo.

Gostaria ainda de obter um ponto de situação geral sobre as hortas urbanas: número de utilizadores, taxa de ocupação, lista de espera, entre outros aspetos relevantes.

Era isto, muito obrigada.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado.

Dulce Nascimento.

A Sra. Dulce Nascimento do PS:

Boa noite, Senhor Presidente.

Na sua pessoa, cumprimento a Mesa, cumprimento também a Senhora Presidente da Câmara Municipal e, na sua pessoa, todo o executivo, saúdo igualmente as bancadas, todas as forças políticas, os cidadãos aqui presentes e todos aqueles que nos acompanham a partir de casa.

Enquanto residente na freguesia de Quinta do Anjo, e na sequência de uma questão já aqui anteriormente referida pelo Senhor Presidente, gostaria de trazer uma outra preocupação relacionada com a freguesia.

Refiro-me à situação da ETAR, que tem sido motivo de apreensão para a população residente na aldeia. Trata-se de uma preocupação generalizada e também minha, que se prende com a eventual contaminação dos lençóis freáticos e, consequentemente, das águas que abastecem a população.

Assim, gostaria de questionar diretamente a Senhora Presidente sobre se está prevista alguma intervenção nesta ETAR e, em caso afirmativo, para quando.

Muito obrigada.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado.

Registo apenas mais uma intervenção do João Rodrigues.

O Sr. João Rodrigues do PS:

Boa noite, Senhor Presidente. Boa noite, Senhora Presidente da Câmara Municipal e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores membros desta Assembleia, bem como os munícipes presentes e todos os que nos acompanham online.

Gostaria de recuar um pouco relativamente à intervenção, salvo erro, do munícipe João Marques, sobre a questão dos profissionais de saúde no nosso concelho, em particular em algumas áreas mais específicas.

Importa começar por reconhecer que o diagnóstico apresentado é, no essencial, correto. O Estado Central tem, de facto, responsabilidades determinantes na definição das condições de trabalho, na negociação remuneratória e na organização global do Serviço Nacional de Saúde.

Contudo, esse facto não pode servir de álibi para desresponsabilizar o poder local, nomeadamente a Câmara Municipal. São os nossos munícipes, em localidades concretas do concelho, que sentem, de forma direta e muitas vezes desigual, a falta de médicos e de outros profissionais de saúde. Existem territórios onde essa carência é particularmente grave e onde a resposta não pode limitar-se a remeter responsabilidades para Lisboa ou para o poder central.

A Câmara Municipal dispõe de instrumentos relevantes, desde logo no plano habitacional, podendo e devendo criar mecanismos que favoreçam a fixação de profissionais em zonas mais carenciadas. No plano orçamental, pode definir prioridades claras e, no plano legal e administrativo, detém competências próprias no domínio da saúde, cujo exercício implica contribuir para assegurar a cobertura necessária em termos de profissionais.

Assim, reconhecendo o papel central do Estado, importa também afirmar que o município tem responsabilidades concretas na criação de condições que tornem o nosso concelho mais atrativo para médicos e outros profissionais de saúde.

É neste equilíbrio entre a exigência ao Governo e a assunção das responsabilidades locais que deve assentar uma posição consequente.

Nesse sentido, solicitava à Senhora Presidente da Câmara que prestasse maiores esclarecimentos sobre esta matéria.

Disse.

O Sr. Presidente da Mesa:

Obrigado.

Ricardo.

O Sr. Ricardo Oliveira da CDU:

Senhor Presidente,

Gostaria de colocar uma questão partindo do local onde nos encontramos, que é uma escola secundária, e que se prende com a situação dos rácios de assistentes operacionais colocados nas escolas.

Tem-nos chegado informação de que existe, de facto, falta de assistentes operacionais, o que leva, em alguns casos, ao encerramento temporário de serviços, como a papelaria ou o bar, tanto nesta escola como noutras do concelho.

Sei que, no ano passado, houve um concurso para admissão de assistentes operacionais para os quadros da Câmara Municipal de Palmela. Gostaria de saber se, neste momento, existe algum tipo de reserva de recrutamento.

Caso não exista, questiono se está prevista a realização de novos concursos, de forma a colmatar esta necessidade básica e a garantir um número adequado de assistentes operacionais nas nossas escolas.

Muito obrigado.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado.

Não havendo mais pedidos de intervenção, gostaria também de colocar algumas questões.

Ouvimos o munícipe Leonel, que mencionou carências no apoio ao movimento associativo. De facto, existe o regulamento de apoio, mas sabemos que os apoios são muitas vezes escassos e insuficientes face às necessidades reais das associações. Contudo, considero que o apoio não se esgota na vertente financeira.

Gostaria de ouvir a Câmara sobre medidas de apoio que possam ir para além disso, como, por exemplo, o acompanhamento das associações no acesso a candidaturas nacionais ou outras fontes de financiamento, que permitam desenvolver os seus planos de atividades. Igualmente importante é a formação dos dirigentes associativos, garantindo que estes tenham competências em diversas áreas que lhes permitam gerir as organizações de forma mais eficaz e operacional.

Outra questão que preocupa muito os munícipes é a gestão dos resíduos. Sabemos que existe acumulação de lixo em vários pontos do concelho. Gostaria de saber o que a Câmara pretende fazer para melhorar esta situação.

Por exemplo, poderia ser considerado o investimento em sensores de enchimento nos contentores, permitindo uma recolha mais eficiente e a priorização daqueles que realmente estão cheios. Esta medida poderia otimizar recursos e garantir que os munícipes não enfrentem problemas diários, como não conseguirem depositar o lixo perto de casa e serem obrigados a deslocar-se para contentores mais distantes.

Por último, relativamente à estratégia de combate aos incêndios, sabemos que ainda falta algum tempo para o verão, mas o planeamento é crucial.

É necessário equipar a proteção civil com sistemas de vigilância, como drones, e implementar estratégias preventivas, como o pastoreio em zonas de maior densidade florestal, de forma a reduzir o risco de incêndio.

Também é importante esclarecer qual é a estratégia para obrigar ou incentivar os proprietários a manter os terrenos limpos, procedendo ao corte da vegetação que pode representar risco, de modo a proteger toda a população do concelho.

Estas eram as questões que gostaria de colocar, Senhor Presidente.

A Sra. Presidente da Câmara:

Obrigada, Senhor Presidente.

Agradeço as intervenções colocadas pelos senhores membros da Assembleia e vou procurar responder ou pedir os esclarecimentos que possam ser necessários.

Em primeiro lugar, começo pela questão colocada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo acerca do aterro da Amarsul.

Nós temos estado, obviamente, a acompanhar este tema com atenção, ainda que, por vezes, se confunda a atenção ou a forma como respondemos com alguma falta de atenção. E queria esclarecer que não é assim. Há estilos e estilos: uns falam de uma maneira, outros falam de outra, uns falam mais alto, outros falam mais baixo, mas isso não significa menor atenção aos problemas e às questões.

Temos reunido com a Amarsul individualmente, isto é, enquanto Câmara Municipal. Temos reunido com a Amarsul no âmbito da comunidade intermunicipal que integramos, temos reunido com a Simarsul e estamos

preparados, no âmbito da própria Área Metropolitana de Lisboa, para suscitar a intervenção do Ministério que tem responsabilidades nesta matéria, nomeadamente em termos ambientais, para se abordar conjuntamente o problema da produção e recolha de resíduos na região de Lisboa no seu todo, e aqui particularmente na zona sul.

O que é que quero dizer com isto? Eu tenho dito e reafirmo aqui, perante a Assembleia Municipal, que temos de olhar para este tema de forma muito responsável. Os aterros fazem parte das soluções, são uma das formas de tratamento de resíduos e, obviamente, têm de existir.

No caso do concelho de Palmela, temos um aterro que, desde há muitos anos, tem prevista a construção de uma nova célula num terreno que já é da própria Amarsul, ou seja, que já integra o seu parque. Por outro lado, creio que está prevista, para uma maior proteção das populações envolventes, a aquisição de mais um terreno para aumentar a distância às povoações.

Naturalmente, nós, à semelhança dos cidadãos em geral, também não gostamos da imagem dos aterros, do seu aspeto elevado. No caso do nosso concelho, ainda não foi realizado um dos procedimentos protocolados, que é o tratamento verde, o qual só poderá acontecer após alguns anos de estabilização do aterro. Este tratamento ajudará a minimizar o impacto visual.

De resto, trata-se de um processo devidamente monitorizado, e exigimos à Amarsul que faça prova disso mesmo. A Amarsul confirma as suas licenças e justificou que, neste período de chuvas intensas e consecutivas, houve necessidade de retirar líquidos para evitar o seu escoamento, tendo-o feito em articulação com a Simarsul, que, por sua vez, terá solicitado autorização ao Ministério do Ambiente para a respetiva descarga nos emissários.

Compreendo as preocupações do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, que tem feito chegar imagens recolhidas localmente. Aliás, o Senhor Presidente da Câmara da Moita também hoje referiu situações semelhantes. Admito, portanto, que as populações mais próximas, sobretudo no concelho da Moita, sintam desconforto e insegurança.

No entanto, não temos, até ao momento, razões objetivas para duvidar daquilo que nos tem sido apresentado pelas duas entidades, Amarsul e Simarsul, embora mantenhamos uma atitude de acompanhamento atento. Aliás, sugerimos e foi aceite a realização de uma reunião conjunta entre as três partes: Câmara Municipal, Amarsul e Simarsul.

Outra questão mais grave e abrangente é a solução integrada para o tratamento de resíduos na nossa região e, de forma mais ampla, na Área Metropolitana de Lisboa. Vivemos numa sociedade que produz cada vez mais resíduos. O modelo de consumo assim o determina e o resultado está à vista.

A adesão às políticas de recolha seletiva não é a esperada. Esta é, por exemplo, uma das justificações da Amarsul para o aumento da tarifa. Mas entendemos que os municípios não podem ser penalizados financeiramente pelo facto de não se atingirem os níveis desejáveis de reciclagem. Não podemos ser penalizados por falharmos enquanto sociedade no objetivo da separação e triagem de resíduos.

Do nosso lado, temos insistido e investido. E, já agora, acrescento que existe hoje um consenso relativamente alargado entre os municípios da Área Metropolitana de Lisboa de que o tratamento de resíduos tem de ser integrado não apenas entre territórios, mas também ao nível do modelo.

O aterro não é a única solução. Há outras formas de tratamento de resíduos que devem ser consideradas. Por isso, temos de admitir soluções alternativas, conhecidas noutros países, e investir globalmente noutras abordagens.

Se não fosse o concelho de Palmela a assumir esta dimensão, provavelmente o problema seria deslocado para outro território. É uma questão estrutural.

Insisto, contudo, na necessidade de não sermos alarmistas. Temos de ser cautelosos e responsáveis na abordagem. O aterro é uma forma de tratamento de resíduos e não deve ser confundido com uma lixeira. O aspeto pode não ser agradável, mas devemos também transmitir confiança às populações de que as instituições estão a acompanhar e a exigir responsabilidades.

Mudando de tema, relativamente às responsabilidades da Câmara em matéria de fiscalização, é evidente que nunca dissemos que a Câmara de Palmela não tem funções de fiscalização. Tem, e também tem funções de licenciamento.

O que foi referido e mantenho é que a ação pode ser mais ou menos antecipada em função do modelo de intervenção. Com o regime atual, nomeadamente com o Simplex, em que é possível iniciar obras mediante mera comunicação prévia, sem ato de licenciamento expresse, torna-se mais difícil a fiscalização preventiva caso a caso.

Isto não significa ausência de responsabilidades. Pelo contrário, elas existem e são exercidas. Aliás, temos vindo a reforçar a fiscalização, incluindo com reforço de recursos humanos e meios técnicos, no âmbito desta alteração que aqui apresentamos.

Quanto aos casos do Palmela Village e do Palmela Dreams, reitero que estamos a acompanhar o processo. No caso do Palmela Dreams, tal como já referi noutras ocasiões, o processo continua a ser analisado e serão retiradas as devidas conclusões, atuando-se em conformidade.

Se houver novos dados relevantes, serão naturalmente comunicados à Assembleia Municipal. E, se entenderem útil, poderá ser feito um trabalho mais detalhado em sede de comissão especializada, com a participação dos serviços técnicos.

Quanto à acusação de crime de corrupção ativa, trata-se de uma afirmação grave. E quem faz uma afirmação destas deve ter provas. Não tenho qualquer prova nesse sentido. Mas, se existir alguma evidência, serei a primeira a agir em conformidade. O que posso garantir é que estamos a apurar internamente todos os elementos relevantes.

Relativamente ao Parque Venâncio Ribeiro da Costa, reconhecemos que o cenário é preocupante. Tivemos recentemente ventos muito intensos, com rajadas entre 135 e 149 km/h, o que teve impactos significativos.

Neste momento, está em curso uma avaliação técnica mais detalhada. O parque está assente numa encosta rochosa, com pouca profundidade de solo, o que levanta questões sobre a adequação das espécies existentes.

A primeira intervenção será a limpeza do parque. Está ainda em estudo uma ação de colaboração com entidades locais, nomeadamente escoteiros, sempre acompanhada pelos serviços municipais.

Segue-se uma reavaliação do modelo de reflorestação, privilegiando espécies mais adequadas e, eventualmente, evitando árvores de grande porte, por razões de segurança e manutenção.

Em paralelo, estamos a identificar necessidades de intervenção noutras infraestruturas, incluindo rede viária e equipamentos municipais. Já foi enviada uma listagem para a CCDR e para a Área Metropolitana de Lisboa, com um valor que ultrapassa os 9 milhões de euros, podendo vir a ultrapassar os 10 milhões.

Este é um impacto muito significativo, correspondente a cerca de 10% do orçamento municipal. É evidente que não temos capacidade para responder sozinhos a estas necessidades.

Na reunião recente na Área Metropolitana de Lisboa, com a presença do Senhor Ministro das Infraestruturas e Habitação, foram apresentadas indicações sobre o PTRR, que poderão vir a ser positivas. Esperamos que o financiamento avance, sem comprometer a capacidade de endividamento dos municípios.

Porque, se isso acontecer, ficará comprometida qualquer intervenção estratégica futura, em equipamentos e infraestruturas essenciais.

Os danos são vastos: rede viária, edifícios municipais, taludes, muros de suporte, escolas, associações, coletividades, património cultural incluindo o Castelo de Palmela, o Cine Teatro São João, a Casa Mãe da Rota de Vinhos e diversas instituições.

Para além do setor público, também há danos significativos em entidades privadas e no movimento associativo.

Por fim, reforço a importância de uma estratégia de prevenção e sensibilização, envolvendo instituições, escolas, associações e a população em geral, promovendo uma maior consciência individual e coletiva.

O Sr. Presidente da Mesa:

Senhora Presidente, peço desculpa de estar a interromper, permita-me só porque como já passamos da meia-noite, só colocar à votação a continuação da presente sessão.

Portanto, vamos votar a continuidade da sessão?

Portanto, quem vota contra, quem se abstém? Quem vota a favor? Portanto, foi aprovado por unanimidade a continuidade da sessão pós meia-noite.

Obrigado, Senhora Presidente.

A Sra. Presidente da Câmara:

Obrigada.

Bem, dizia eu que, para fazer a ponte com o tema das intempéries, é muito importante e isso passou também a fazer parte das nossas prioridades a sensibilização, a prevenção e a atuação das populações em autodefesa. E era aqui que citava a nossa última reunião na Asseiceira, onde foi referida uma coisa importantíssima aliás, estávamos numa zona bastante propícia: há muitos danos em terrenos particulares.

Nós temos de mobilizar os nossos cidadãos para uma intervenção que não dispensa, nem substitui naturalmente, a responsabilidade da Câmara no domínio público, mas que também não dispensa a intervenção de cada um e o respeito pelo terreno do outro. Isto é, muitas das ocorrências que os serviços municipais registaram e os bombeiros também ocorreram em terrenos particulares, exatamente em situações de obstrução. Ou seja, situações em que um proprietário, com a sua intervenção, causa uma obstrução no terreno vizinho.

Portanto, temos de nos compenetrar de que a nossa responsabilidade existe enquanto Câmara Municipal, enquanto juntas de freguesia e enquanto cidadãos. Isto é válido para a prevenção dos incêndios, na responsabilidade que temos de cortar matos e limpar terrenos, e é válido para a manutenção e limpeza das linhas de água quando estas incidem nos nossos terrenos.

Fica aqui esta nota: queremos trabalhar com os nossos cidadãos sobre este tema. É preciso insistir na sensibilização, no alerta e numa cultura de prevenção.

Retomando a ordem das intervenções: a recolha deficiente de contentores é verdade, já o disse e, portanto, junto ao tema anterior, as nossas reclamações junto da Amarsul: recolha insuficiente, irregular, contentores velhos, contentores sujos e a necessidade de dar resposta a uma questão que tem de ter resposta onde colocar e como tratar, nomeadamente, os monos e os resíduos de obras, que é uma das situações mais frequentes.

Portanto, não vou voltar ao tema dos atos cívicos, que estão absolutamente em causa por parte de quem coloca o lixo ao lado ou entre contentores. É inadmissível. Não temos razão para isto.

Peço desculpa, mas todos nós podemos dar uns passos, uns metros, ou levar no carro depende da forma como nos deslocamos. Se temos um contentor cheio à nossa porta, há de haver, de certeza, no nosso percurso, outro contentor com espaço. Este é um ato de civismo. Não há razão para colocarmos lixo ao lado dos contentores. Agora, voltamos ao princípio: quem faz a recolha tem de a intensificar.

Queria dizer que temos um investimento aliás, previsto também na nossa Alteração Modificativa com reforço para os sistemas de recolha da nossa parte, no que à Câmara diz respeito: a aquisição de mais uma viatura, que permitirá aumentar a recolha seletiva, a recolha de bio resíduos e a recolha porta a porta. Com isso, melhoramos não resolvemos, mas contribuímos para melhorar o desempenho.

Admitimos, aliás, penso que hoje ou ontem, já não sei, despachei um procedimento para reforço da subcontratação, precisamente para aumentar a capacidade de recolha de resíduos e dar mais resposta. Portanto, o investimento municipal mantém-se e a preocupação é de todos nós.

Escola Matos Fortuna: elevador avariado. A Senhora Vereadora Fernanda disse-me que está confirmada uma inspeção para o dia 13 de março e, portanto, esperemos que seja resolvido.

Juntando aqui, porque falamos de escolas, o tema da alimentação: sim, é verdade. Temos vindo a registar algumas queixas na alimentação escolar. Estamos a monitorizar a empresa é relativamente recente e creio que foram convidados os pais para uma prova, uma espécie de visita surpresa. Nós também devemos provar, experimentar e ter aqui o testemunho dos pais, para perceber se temos de ter outro tipo de exigências.

Relativamente à avaliação, claro que, tecnicamente, há pratos que fazem parte da alimentação saudável. Compreendemos que não é fácil convencer uma criança a gostar de feijoada. Temos de encontrar o ponto de equilíbrio.

Volta da Pedra: congestionamento. Diria que sim, haverá algumas questões. Aliás, toda a entrada de Palmela a partir da Volta da Pedra merece uma observação crítica e atenta da nossa parte. Vamos ver como evolui com as Infraestruturas de Portugal, no âmbito da intervenção nas estradas nacionais.

Eu associaria a discussão da Volta da Pedra a essa mesma discussão, porque é necessária uma intervenção ali, nomeadamente ao nível da disciplina do estacionamento ao longo da estrada. Não temos condições, por exemplo, para colocar um abrigo para passageiros, porque o estacionamento é desordenado. É uma área que merece atenção.

Claro que a rotunda não resolveu tudo, mas diria que a única forma de resolver aquela entrada é diminuir o tráfego o que só acontece com o desvio para variantes. Se existissem duas variantes, teriam um efeito enorme em toda aquela zona de entrada de Palmela.

Sobre a ETAR de Quinta do Anjo penso que estávamos a falar da ETAR do Palmela Village, aguardamos a conclusão das diligências formais. Há um processo em curso, com uma autorização judicial necessária para podermos entrar no terreno, em conjunto com a Simarsul, e fazer a avaliação técnica do estado da ETAR.

Paralelamente, já está delineado um pré-plano para intervir e melhorar o funcionamento do sistema. Isto não significa, necessariamente, a recuperação da ETAR tal como está do ponto de vista técnico, provavelmente não será essa a melhor solução, mas há alternativas em estudo.

A Câmara continua, aliás, a fazer descargas com alguma regularidade, para evitar impactos ambientais mais graves decorrentes do não funcionamento da ETAR.

Sobre o equilíbrio entre a responsabilidade da Câmara e a exigência na área da saúde: não tenho dúvidas de que tem de existir equilíbrio. Mas quero dizer que já fazemos mais do que aquilo a que somos obrigados.

Exemplo concreto: os equipamentos de saúde passaram para a responsabilidade da Câmara há cerca de dois anos. No Centro de Saúde de Palmela existe, há muitos anos, uma fissura significativa. Agora, com a Câmara responsável pela gestão, estão a ser desenvolvidos estudos para identificar o problema e propor uma solução apesar de não ser, em rigor, uma obra da nossa responsabilidade direta, por se tratar de uma intervenção estrutural.

O mesmo se aplica aos sistemas de climatização: não são da responsabilidade da Câmara, mas existiam necessidades há muito tempo. Foi preciso a Câmara assumir para avançar.

Portanto, dou estes exemplos para mostrar como vamos intervindo. Mas também alerta para a necessidade de uma atitude mais preventiva, porque tudo o que assumimos vai aumentando a nossa responsabilidade.

Quando apoiamos financeiramente a fixação de um médico, por exemplo, em Venda do Alcaide, estamos também a abrir a porta a novas exigências semelhantes noutros locais. É aqui que temos de gerir equilíbrios.

Não podemos deixar de exigir. E não é verdade que só reclamamos basta ver o volume de relatórios e ações ao longo do ano. Mas devemos equilibrar o que fazemos com aquilo que continuamos a reivindicar.

Assistentes operacionais nas escolas: o rácio está cumprido. No entanto, há muitas substituições por baixas médicas. No dia 1 de fevereiro, tínhamos apenas duas assistentes por substituir, e estão em curso dois concursos: um para contratação por tempo indeterminado e outro para substituições temporárias. Esperamos colmatar rapidamente a situação.

Zona da Lagoinha: neste momento, não temos uma intervenção significativa prevista, mas temos estudos. É uma zona muito complexa com linhas de água, construções clandestinas, arruamentos estreitos o que dificulta a intervenção.

No mandato anterior, houve um investimento superior a um milhão e meio de euros na zona de Lagoinha e Vale de Touros. Agora, estamos a retomar estudos para avaliar novas intervenções.

A estrada em causa é a EN 379-2, que está a ser intervencionada pelas Infraestruturas de Portugal, nomeadamente ao nível das passadeiras. É uma via que precisa de ser repensada, com especial atenção ao estacionamento desordenado, que compromete a segurança rodoviária e pedonal.

Finalmente, o Senhor Presidente da Assembleia referiu o movimento associativo. Entendemos que devemos apoiar as nossas associações e reforçar tecnicamente o gabinete de apoio ao associativismo.

Mesmo a terminar: temos reforços nas Grandes Opções do Plano e nesta Alteração Modificativa, também ao nível dos sensores para melhorar a recolha de resíduos.

Já falei, ainda que sumariamente, da importância da planificação e da sensibilização para a prevenção.

Senhor Presidente, espero não ter esquecido nada. Se esqueci, estou à disposição.

O Sr. João Lemos do CH:

Muito obrigado.

Senhora Presidente, vou voltar ao tema da fiscalização. Infelizmente, o concelho de Palmela é aquele onde existe um maior número de casas e obras clandestinas. O que acontece é que muitas dessas construções foram edificadas por pessoas que hoje são confrontadas com autos muitos deles fizeram as suas casas aos fins de semana, nos dias livres, após a sua jornada de trabalho.

Durante vários anos, a Câmara nunca atuou. E, neste momento, a maior parte dessas pessoas tem idades entre os 70, 80 e 90 anos, muitas com incapacidade física. São agora confrontadas com autos e, naturalmente, com reformas de 200 e poucos euros, não conseguem fazer face às imposições decorrentes desses processos.

Perante isto, acabam por ter apenas duas soluções: vender a casa ao desbarato ou serem alvo de penhora, por não conseguirem cumprir com os pagamentos a que ficaram obrigados.

Relativamente ainda à fiscalização, devo dizer, Senhora Presidente com todo o respeito, que isto já se arrasta há vários anos, sobretudo neste concelho. Na minha última intervenção, referi a questão da informação prévia, e a Senhora escudou-se no chamado Simplex.

Ora, o Decreto-Lei n.º 10/2019 não veio despenalizar nem retirar responsabilidade. Pelo contrário, não elimina a responsabilidade do agente técnico do engenheiro que assina o projeto, mas também não retira à Câmara a obrigação de continuar a exercer a sua função de fiscalização.

Ou seja, o Simplex correspondeu, no fundo, a uma simplificação dos processos burocráticos da Câmara, com vista a agilizar procedimentos. No entanto, não veio, de forma alguma, substituir ou reduzir a necessidade de fiscalização contínua por parte da autarquia.

O Sr. Presidente da Mesa:

Peço só que seja um bocadinho mais sucinto, se conseguir.

O Sr. João Lemos do CH:

Relativamente à corrupção, eu não faço uma afirmação. Digo, sim, que a continuação de todas estas situações pode indiciar a existência de um eventual crime de corrupção. Não estou a acusar estou a levantar uma hipótese que, no meu entender, merece reflexão.

Entretanto, mais uma nota: na altura, Senhora Presidente, quando referi o Palmela Village e o Palmela Dreams, foi dito que a Câmara tinha remetido o assunto para tribunal. Aquilo que eu não contestei foi o facto de o serviço de contencioso da Câmara dever, antes de avançar para tribunal, promover um processo de averiguação.

Ou seja, apurar até que ponto inclusivamente os documentos que são considerados falsos o são efetivamente, ou se terão sido emitidos por algum funcionário. Coloco esta questão como dúvida legítima, não como acusação. É uma dúvida que me parece natural e que, no mínimo, justificaria um apuramento rigoroso dos factos.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado.

Se a Senhora Presidente permitir, coloco apenas uma questão muito rápida: como está a situação das lombas no Golfe do Montado e, também, a questão dos pinos de pedra colocados junto às lombas?

Aliás, muitos condutores, após passarem a zona dos correios, chegam a um cruzamento à esquerda onde existe uma rua bastante longa. O que sucede é que os carros estacionam de ambos os lados, criando uma situação de perigo, sobretudo para os peões muitas vezes crianças que ali circulam.

Na prática, deixam de existir duas vias de circulação, passando a existir apenas uma. Isto é completamente surreal, porque pode colocar em risco a vida e a segurança das pessoas que ali passam. Trata-se de uma via de dois sentidos, não de sentido único.

Assim, gostaria de saber qual é a solução prevista. Na minha perspetiva, uma das soluções poderia passar pela colocação de pinos ao longo de toda a via, de forma a impedir o estacionamento ilegal que ali ocorre muitas vezes com veículos parcialmente sobre o passeio e parcialmente na faixa de rodagem.

A Sra. Cristina Moura da CDU:

Tendo em conta a intervenção do Chega, e já que se está a falar das augis, gostaria só de fazer duas questões relativamente ao PDM que foi reprovado no passado ano.

As questões são: qual é o ponto da situação, se estamos ou não em cumprimento relativamente à lei dos solos e quantos processos é que avançaram nas áreas que se previam conter, portanto, nas áreas urbanizáveis. Pronto, só.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado.

Senhora Presidente, tenha a bondade de responder.

A Sra. Presidente da Câmara:

Senhor Presidente,

Peço desculpa a responsabilidade é minha, pois estava a procurar outra informação e não percebi a questão colocada pela Senhora membro da Assembleia, Cristina Moura.

O Sr. Presidente da Mesa:

Eu creio que a questão tinha a ver com a fase do desenvolvimento do PDM e o ponto da situação.

A Sra. Presidente da Câmara:

Senhor Presidente,

relativamente às questões colocadas ponto de situação do PDM, documentos falsos e lombas no Golfe do Montado, sobre este tema em concreto devo dizer que não lhe sei responder com rigor neste momento.

O Senhor Vereador Paulo Garcia acabou de me transmitir que tem ideia de que já existe uma posição dos nossos serviços, no sentido de que as lombas deverão ser retiradas, uma vez que excedem claramente a altura regulamentar, ou seja, ultrapassam o que é considerado aceitável.

Ainda assim, não consigo adiantar mais pormenores neste momento. Vamos, naturalmente, verificar a situação nomeadamente o Senhor Vereador Paulo Garcia em articulação com os serviços, para perceber exatamente o que pode ser feito.

Importa também referir que estamos a falar de uma intervenção dentro do aldeamento, não propriamente na via pública. Ainda assim, claro, iremos analisar a situação e avaliar as soluções possíveis.

O Sr. Presidente da Mesa:

Não se trata do aldeamento, mas sim de uma via pública. Aliás, podem deslocar-se ao local a qualquer hora do dia e verificar que, normalmente, existem veículos estacionados. À noite, então, a situação agrava-se, ao ponto de, na prática, deixarem de existir duas vias de circulação.

A Sra. Presidente da Câmara:

Senhor Presidente,

vamos observar a situação. O Senhor Vereador Paulo Garcia toma nota do tema. Confesso que não sei qual é o ponto de situação, para além daquilo que me foi agora transmitido.

Voltando ao tema do urbanismo: relativamente à questão colocada pelo Senhor membro da Assembleia, esclareço que referi termos feito uma participação ao Ministério Público sobre um caso relacionado com a urbanização Palmela Dreams. Foi isso que disse. Não fiz qualquer referência a participações relativas ao Palmela Village são situações completamente distintas, com naturezas e problemas diferentes.

Quanto à questão da eventual corrupção, quero dizer que, sempre que exista alguma evidência ou mesmo suspeição, atuamos. Não tenho nenhuma dúvida sobre isso. Acontece que, até ao momento, não dispomos de evidências, embora continuemos a averiguar. Reitero: continuamos a analisar e a procurar quaisquer indícios de que procedimentos internos na Câmara possam não ter sido os mais adequados.

Relativamente à certidão que foi referida e que identifiquei como sendo claramente um documento falso, também não existe qualquer suspeita, muito menos evidência, de que tenha sido emitida por um trabalhador da Câmara. Nada nos aponta nesse sentido. Aliás, trata-se de uma falsificação tão grosseira que tudo indica que terá sido produzida por quem praticou a irregularidade, ou seja, pela entidade ou pessoa contra a qual foi desencadeada a ação.

O tema é sério e merece toda a atenção, mas, neste momento, não tenho mais elementos a acrescentar.

Quanto às AUGI, trata-se de uma questão distinta. É verdade que, ao longo de muitos anos, foram sendo realizadas construções, com diferentes fases de intervenção por parte da Câmara. Quando as AUGI estão formalmente constituídas e em processo de reconversão, coloca-se a questão das condições financeiras dos proprietários e admito que muitos não tenham capacidade para suportar esses encargos, tal como acontece noutras situações no país.

No entanto, importa também dizer que, quando alguém decide construir fora de uma zona urbana ou não infraestruturada, está consciente de que assume um risco. Independentemente do momento em que a Câmara intervém, essa intervenção é legítima, e existe uma preocupação em atuar, sobretudo, quando as situações estão a ocorrer.

Não tenho conhecimento de um número significativo de situações de pessoas desalojadas no concelho de Palmela por ação da Câmara.

Neste momento, temos um conjunto de ações programadas para combater ocupações clandestinas e devo sublinhar que não se concentram essencialmente em AUGI, mas noutras áreas do território.

Também não disponho de dados que confirmem a afirmação de que Palmela é o concelho com maior número de construções clandestinas. Existem muitos outros concelhos na Área Metropolitana de Lisboa com situações semelhantes veja-se, por exemplo, o caso do concelho de Almada, onde uma parte significativa das situações recentemente identificadas corresponde igualmente a ocupações clandestinas.

No caso de Palmela, temos um território muito vasto, o que naturalmente aumenta a expressão destes fenómenos. Ainda assim, também temos processos relevantes de reconversão em curso e concluídos. Aliás, de acordo com a informação constante do relatório de atividade municipal, foram recentemente concluídos processos importantes, nomeadamente nas áreas da Marquesa IV, Marquesa V e AUGI a norte dos Olhos de Água, na freguesia de Quinta do Anjo.

Estas intervenções são, em grande medida, asseguradas pelo esforço e financiamento dos particulares, como a lei determina. Regra geral, trata-se de terrenos adquiridos a preços mais baixos precisamente por não estarem inseridos em zonas urbanizadas ou infraestruturadas, sendo depois necessário investir na sua reconversão.

Portanto, não se pode dizer que seja um processo de insucesso. O que me preocupa mais, neste momento, são outros tipos de ocupações clandestinas, sobre as quais estamos efetivamente a atuar.

Senhor Presidente, penso que respondi.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado, Senhora Presidente.

Passando agora à ordem de trabalhos, temos dois pontos:

O primeiro ponto é a informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O segundo ponto refere-se à 2.ª Alteração Modificativa ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano 2026–2030.

Para efeitos do primeiro ponto, dou apenas a seguinte nota: este ponto não é sujeito a votação, mas sim a discussão, por se tratar de um ponto obrigatório que resulta da lei, no qual a Senhora Presidente, em todas as Assembleias ordinárias, apresenta o relatório da atividade desenvolvida pelo município.

Tem, portanto, a palavra para esse efeito.

Período da Ordem do Dia

PONTO 1 – Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro

A Sra. Presidente da Câmara:

A atividade municipal que se reporta no presente documento corresponde ao início do novo mandato, tendo a Tomada de Posse dos novos órgãos autárquicos decorrido a 3 de novembro. Este período foi, portanto, fortemente marcado pela instalação dos órgãos, com todos os atos daí decorrentes, e pela preparação e aprovação do Orçamento 2026 e das Grandes Opções do Plano 2026-2030.

No plano interno, iniciou-se um ciclo intenso de visitas a instalações e reuniões setoriais entre o Executivo com pelouros e as equipas de cada unidade orgânica, essenciais para a planificação de alterações à estrutura orgânica, conclusão do Plano Diretor de Instalações, aprofundamento do conhecimento das realidades de cada serviço e reforço da comunicação.

Também no que se refere a edifícios de serviços, concluíram-se as empreitadas de ampliação e beneficiação das instalações do Departamento de Educação e Coesão Social, em Pinhal Novo, e de beneficiação do Gabinete de Planeamento Estratégico, em Palmela, e decorreu o procedimento relativo à empreitada de reabilitação do edifício COOPINHAL. As brigadas operacionais asseguraram, nas diversas áreas de intervenção, um importante conjunto de reparações e beneficiações em instalações municipais, equipamentos e espaço público e executaram estruturas e material de apoio à realização de diversas iniciativas.

A realização das Eleições Presidenciais voltou a congregar o grupo de trabalho multidisciplinar responsável por assegurar toda a organização e logística do ato eleitoral no Concelho de Palmela, bem como a interação permanente com as entidades. No período em análise, realizou-se o Voto Antecipado em Mobilidade, a 11 de janeiro, com cinco Mesas de Voto na vila de Palmela, e o Ato Eleitoral, a 18 de janeiro, com 74 Mesas de Voto em todas as freguesias e o envolvimento de 370 munícipes, integrados nas Bolsas de Agentes Eleitorais. Deu-se início, também, à preparação do 2.º Sufrágio.

Realizaram-se sete sessões de acolhimento para 12 trabalhadoras/es e, com a aprovação do Mapa de Pessoal 2026, tiveram continuidade ou iniciaram-se múltiplos processos de recrutamento para reforço das equipas em áreas deficitárias. As/Os Assistentes Operacionais (AO), ao serviço das Unidades de Saúde do Concelho e integradas/os no Mapa de Pessoal da Autarquia, participaram numa sessão com o Executivo e equipas

técnicas e com o Presidente do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde Arrábida (ULSA), em quem deleguei competências em matéria de gestão de trabalhadoras/es.

A par do reforço de AO nas escolas, o Município continua a capacitar estas profissionais, que desempenham tarefas cada vez mais exigentes e cerca de três dezenas participaram na Ação de Formação sobre problemáticas associadas ao trabalho com crianças e alunas/os com Necessidades Educativas Específicas. Ainda no campo da formação, realçam-se a realização de mais uma ação sobre Cibersegurança e de duas ações sobre o novo regime de Cadastro Predial introduzido pelo DL 72/2023, de 23 de agosto, bem como de um *webinar* para o público externo sobre a nova versão do Portal de Serviços *Online*, que beneficiou, também, da introdução de funcionalidades como a consulta de documentos e, apenas para a área do Urbanismo, a consulta do estado das formalidades e o pagamento da taxa administrativa. No encerramento do ciclo de avaliação de desempenho 2025, que trouxe algumas novidades, 954 trabalhadoras/es concluíram com sucesso a formação obrigatória, no âmbito do Referencial de Competências da Administração Pública.

Para aplicação da taxa do Imposto Municipal de Imóveis (IMI) em 2026, os serviços comunicaram à Autoridade Tributária e Aduaneira um total de 885 prédios minorados em 30% (reabilitação urbana) e 303 em 20% (arrendamento), no quadro dos incentivos fiscais atribuídos pelo Município para a área do Centro Histórico de Palmela e núcleos urbanos mais antigos das restantes freguesias. Com o mesmo objetivo, 52 foram majorados em 200% por se encontrarem devolutos. Relativamente ao Regulamento de Concessão de Benefícios Fiscais aos Bombeiros do Concelho, 34 bombeiras/os beneficiaram da redução de IMI.

Neste período, foram recebidas e analisadas 166 candidaturas a Bolsas de Estudo, na sua maioria, relativas à frequência de Ensino Superior, e comemorou-se o Dia Internacional da Cidade Educadora com um programa de atividades para todos os níveis de ensino, que integrou exposições, testemunhos e a divulgação do livro “A Tua Voz”, em resultado das experiências das/os participantes no projeto municipal “Eu Participo!” Crianças e Jovens. A 11 de novembro, a Carta Educativa de Palmela recebeu pronúncia favorável do Ministério da Educação, Ciência e Inovação. No que respeita a intervenções no parque escolar, concluiu-se a intervenção na ligação entre os dois edifícios da EB Aires, encontrando-se outras importantes ações em curso nesta escola, e a reparação e instalação da eletrobomba da Estação Elevatória de Águas Residuais do Jardim-de-Infância de Lagoa do Calvo, entre outras. No quadro da OIL Poceirão-Marateca, avançou, na EBS José Saramago, a requalificação do espaço desportivo coberto e sua envolvente, bem como a ampliação da cobertura exterior lateral, realizaram-se várias ações de formação para docentes e foram entregues, nos estabelecimentos do Agrupamento de Escolas, kits de jogo e brincadeira, equipamentos lúdicos e, com a ULSA, lancheiras térmicas e *kits* de higiene oral que complementaram as sessões de sensibilização sobre saúde oral e alimentação saudável.

Ainda no âmbito da OIL, desenvolveram-se as empreitadas de requalificação das Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados de Poceirão e de Águas de Moura. Na Unidade de Saúde Familiar Santiago, de Palmela, manteve-se a monitorização das fendas identificadas no edifício e prepararam-se os procedimentos para estudos geológicos e geotécnicos. Para toda a rede de equipamentos de saúde pública, foi adjudicado o fornecimento e a montagem de 24 equipamentos para o funcionamento dos sistemas AVAC – uma intervenção não incluída nas competências transferidas, mas essencial para o conforto de trabalhadoras/es e utentes.

Dando continuidade à parceria com a Liga Portuguesa Contra o Cancro, concluiu-se o Programa de Rastreio do Cancro da Mama 2025 no Concelho de Palmela, que, ao longo de três meses, passou por todas as freguesias. No início de dezembro, concluiu-se, igualmente, a campanha de vacinação contra a Gripe Sazonal e a COVID-19, numa colaboração entre o Município e a ULSA para vacinação de residentes e profissionais das Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas. Na área da saúde ocupacional, foi lançado o “Calendário dos Afetos” 2026 e decorreram duas sessões de meditação guiada, dando continuidade aos objetivos de promoção da saúde mental, e, com caráter experimental, foram realizadas aulas de *yoga*, como complemento às sessões “Mexa-se Bem no Trabalho”.

A quarta distribuição anual do Cabaz Solidário Saudável contou com o apoio da rede social local e abrangeu meio milhar de munícipes. No âmbito da OIL, além de várias ações imateriais de apoio à inclusão social, concluiu-se a requalificação da creche/ATL “Os Cenourinhas”, da União Social Sol Crescente da Marateca, em Águas de Moura, e está em curso a intervenção no JI “A Cegonha”, do Centro Social de Palmela, em Poceirão.

A construção de 21 fogos em Águas de Moura, integrada na Estratégia Local de Habitação, foi adjudicada e aguarda visto do Tribunal de Contas. Entretanto, foi atribuída mais uma habitação municipal em Pinhal Novo e consignada a reabilitação de um edifício no Centro Histórico de Palmela, num contributo, também, para a reabilitação urbana. Também com este propósito, sublinha-se, igualmente, a adjudicação da empreitada de reabilitação do edifício “Palmela Conquista”, que acolherá serviços e dinâmicas na área turística.

Concluído o período de discussão pública, no âmbito do pedido de licenciamento de projetos de loteamento de reconversão, foi aprovado um importante conjunto de Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI) na freguesia de Quinta do Anjo (Marquesa IV, Marquesa V, AUGI a Norte dos Olhos de Água), determinantes para a regeneração urbana da zona.

Na área do saneamento, foi adjudicada a empreitada de ampliação da rede de esgotos domésticos no Bairro Palmelão (Cajados) e encontravam-se em curso várias intervenções importantes, como o sistema de esgotos na EN 252 junto ao Portal Branco, Quinta das Asseadas e zonas limítrofes (Aires) ou a infraestruturação da Rua Zeca Afonso, na Quinta do Canastra/Sobral, Terrim (Pinhal Novo). O Município reparou, também, coletores de águas residuais domésticas na Rua Gago Coutinho e Sacadura Cabral (Pinhal Novo) e na Rua Venâncio da Costa Lima (Quinta do Anjo).

No que respeita ao abastecimento de água, a Autarquia concluiu a remodelação da rede no Bairro Margaca (Aguilva de Cima), bem como o projeto para ampliação, remodelação e reforço da rede de abastecimento ao Poceirão (ligação do novo furo de captação de Fernando Pó), o estudo de delimitação de perímetros de proteção de cinco captações de água subterrâneas e a empreitada de prolongamentos de 2025.

Relativamente à rede viária, as empreitadas de pavimentação e repavimentação a decorrer em todo o Concelho sofreram atrasos provocados pelas intempéries, que afetaram fortemente o estado das vias e motivaram intervenção permanente das brigadas municipais. No presente relatório, é possível verificar a quantidade de intervenções de reparação em estradas e caminhos municipais, repetidas várias vezes em alguns pontos críticos.

O projeto RecolhaBio Palmela continua em expansão e, neste período, registaram-se 1.738 adesões ao sistema de proximidade e 433 à recolha porta-a-porta. Para apoio à otimização do sistema, foi adjudicada a aquisição de uma viatura elétrica dedicada. Relativamente à recolha de Óleos Alimentares Usados, foi instalado mais um oleão inteligente no Bairro Padre Nabeto (Aires) e um oleão de interior na EB Salgueiro Maia (Pinhal Novo), com ações de sensibilização para alunas/os. Em 2025, os OAU recolhidos resultaram em 8.815 litros de biodiesel, para uma poupança de 36 toneladas de CO₂.

Um conjunto de iniciativas dirigidas à comunidade educativa e à população em geral assinalou o Dia da Floresta Autóctone no Concelho, incluindo caminhadas e percursos interpretativos na Arrábida. Em parceria com a Fraternal Escotista de Portugal, foram plantados 100 exemplares de espécies da flora local, para valorização do corredor da linha de água junto à ciclovía de Quinta do Anjo. No espaço público, o Município concluiu o arranjo paisagístico do Largo do Chafariz D. Maria I, valorizando uma das principais entradas do Centro Histórico, e viu publicado o Regulamento dos Espaços Verdes do Concelho de Palmela. Em Águas de Moura, foi instalado mais um abrigo para felídeos, para ampliação da rede destes equipamentos, disponíveis em todas as freguesias.

As “Maratonas de Estudo” nas Bibliotecas Municipais de Palmela e Pinhal Novo, com alargamento de horários em época de exames, são um apoio importante para quem está a estudar e registaram 437 utilizadoras/es. No Mercado Municipal de Pinhal Novo, realizou-se mais uma Feira do Livro *Pop Up*, em novembro, e a Biblioteca de Rua foi reposta junto à Estação Ferroviária local, com meio milhar de livros, depois do ato de vandalismo que a destruiu. Em dezembro, foram entregues os prémios do Concurso Literário “A Viagem”, com nove premiadas/os e uma menção honrosa.

Culturalmente, este período foi marcado pelas expressões de cariz comunitário, enraizadas no calendário e nas vivências do local. É o caso das comemorações de S. Martinho no Centro Cultural do Poceirão, do Encontro anual de Cante Alentejano e de mais uma edição das Janeiras no Centro Histórico de Palmela, mas, também, da inauguração da exposição “Dançar Abril – a comunidade a construir o seu lugar”, em Poceirão, da reabilitação do depósito de água de Cajados, com um mural de arte urbana que resultou de um processo criativo com a população, ou da construção da árvore de Natal simbólica “Dar cor à vida”, em Águas de Moura, com memórias das/os participantes. O Cine-Teatro S. João continua a ser o principal palco das artes do Concelho e acolheu, mais uma edição do festival Microsons, com nomes grandes da música portuguesa de autor. Entre os muitos eventos que por ali passaram, refira-se, também, o Concerto de Ano Novo com a

Gala de Solistas da Jovem Orquestra Portuguesa e vários espetáculos da Semana da Dança, numa organização em parceria com a DançArte, companhia de dança residente, que circulou, também, por outros equipamentos municipais. Integradas na OIL, concluíram-se as intervenções de requalificação do edifício sede do Grupo Desportivo e Recreativo “Águias da Aroeira” e de beneficiação das instalações da Associação Cultural e Recreativa de Fernando Pó.

A iniciativa “Jovens no Natal” proporcionou três dias de atividades de animação gratuitas para um total de 90 jovens do Concelho e, no CRJ de Quinta do Anjo, a realização de um encontro do projeto Erasmus+ “*Youthcents*” permitiu equipar a população jovem com ferramentas de literacia financeira. No *Maker Space* do Centro Cultural de Poceirão, tiveram continuidade as oficinas multimédia para capacitação de jovens.

Mais de duas centenas de participantes confirmaram o interesse do III Congresso de Desporto Adaptado, espaço de reflexão e debate sobre a inclusão no desporto, promovido, anualmente, pela Palmela Desporto, pelo Município e pela APPACDM de Setúbal, em parceria com o Centro de Formação Ordem de Santiago, a Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência e o Desporto Escolar. Este foi, também, um período rico em atividade competitiva ou de lazer, associando o desporto às componentes de natureza e turismo. São exemplos a “*Challenge Up* – subida ao Castelo”, a São Silvestre Trilhos da Marateca, que reuniu duas centenas de pessoas na corrida e na caminhada, a 19.ª OriFamília da Escola Secundária de Palmela, em Vale de Barris, os Saraus de Ginástica do Clube Desportivo Pinhalnovense e do *Unik Gym* – Palmelense Futebol Clube, entre outros eventos promovidos ou apoiados pela Autarquia.

A Casa Mãe da Rota de Vinhos, as adegas do Concelho e o nosso património cultural continuaram, neste período, a atrair visitantes especializadas/os nacionais e internacionais (operadores turísticos, jornalistas, docentes, estudantes, etc.), motivando o acolhimento de múltiplas *Fam* e *Press Trips*, em parceria com a Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa. Os Fins de Semana Gastronómicos são, há mais de uma década, momentos privilegiados de divulgação dos produtos locais de qualidade e do tecido económico do setor da restauração. Nos meses em apreço, realizaram-se novas edições, dedicadas ao Moscatel de Setúbal e à Fogaça de Palmela e o calendário “Palmela – Experiências com Sabor” 2026, com fins de semana, oficinas e outras propostas, foi apresentado numa sessão pública, que deu a conhecer, também, o novo padrinho do programa e foi palco da assinatura de um protocolo com a Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal. O acordo prevê, entre outras, ações de qualificação e dinamização dos setores do alojamento, restauração e bebidas e a criação do Balcão *Palmela Best*, para apoio presencial às empresas.

O Festival do Moscatel, iniciativa bienal promovida pelo Município com a Rota de Vinhos da Península de Setúbal, regressou ao Largo de S. João e congregou adegas, empresas de produtos regionais, espaços de gastronomia e a Escola de Hotelaria e Turismo de Setúbal num programa diversificado, que procurou divulgar e prestigiar o Moscatel de Setúbal. Para assinalar a quadra festiva, a Autarquia e entidades parceiras dinamizaram mais uma edição do “Viva o Natal no Município de Palmela” em todas as freguesias, com destaque para o Mercado de Natal em Palmela e um programa de animação que valorizou a presença do movimento associativo.

Em parceria com o IAPMEI e o Turismo de Portugal, o Município promoveu a ação de formação “Empreender com sucesso: opções fiscais para novos negócios”, que capacitou 16 empresárias/os para a prossecução dos seus projetos. A conclusão da empreitada de requalificação do Parque Mário Bento, no Poceirão, é mais um dos contributos da OIL, dotando este espaço central da aldeia com melhores infraestruturas para o acolhimento de eventos e com um espaço de incubação para a realização de formação e apoio à concretização de pequenos negócios e atividades ligadas ao universo agrícola, fortemente enraizado na identidade local e determinante na estratégia de desenvolvimento sustentável deste território.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado.

Pergunto se alguma das bancadas tem alguma questão relativamente a este ponto.

Três intervenções do Partido Socialista. É isso?

Vamos tentar se calhar, não sei se mais alguma bancada quer intervir.

Então, tem a palavra Clara Félix.

A Sra. Maria Clara Félix do PS:

Bom, vou tentar ser breve, porque acho que estamos todos muito cansados.

Em relação a este documento, que considero cada vez melhor com boa informação, bem estruturado e com os contributos que temos vindo a dar penso que ele reflete bem o trabalho realizado.

Neste documento temos agora um ponto que já vem de há algum tempo, que é o desenvolvimento e a formação. Estou a pensar nos trabalhadores da Câmara, que são, se a minha memória não me falha, cerca de mil e duzentos e qualquer coisa, portanto, bastantes trabalhadores.

Neste campo do desenvolvimento e formação são aqui referidas algumas ações de formação muito válidas, certamente. No entanto, eu colocaria uma questão não sei se é possível responder já: como é feito o processo de seleção? Ou seja, se as pessoas se inscrevem por iniciativa própria, porque quiseram fazer determinada formação, ou se existe uma seleção institucional.

Mas mais importante do que isso, ou relacionado com isso, como é que se determina que determinadas formações são realizadas em detrimento de outras? Neste caso fala-se em Cibersegurança, modernização administrativa temas pertinentes, mas como são escolhidos?

E depois, tal como o próprio tema indica, trata-se de “formação e desenvolvimento” ou “desenvolvimento e formação”, ou seja, um reflete-se no outro. Assim, pergunto também se existe avaliação do impacto desta formação no desenvolvimento da organização, neste caso da autarquia.

Esta era uma questão.

Depois, queria felicitar a Câmara. Este quadro que aqui aparece sobre a população escolar do concelho — o Partido Socialista já tinha referido no ano passado que o considerava incompleto — está agora mais completo. Temos agora colunas para o ensino profissional e para a educação de adultos, o que, na minha opinião, já reflete aquilo que queremos ser: um território educador.

Por outro lado, não posso deixar de enaltecer e felicitar, sem desprimor para os outros, o Agrupamento de Escolas José Saramago. Considerando que está inserido num território onde, como se pode ver na nossa carta educativa em elaboração, existem níveis de analfabetismo mais elevados e também situações socioeconómicas mais frágeis, é de destacar o trabalho realizado.

Aqui vemos uma oferta educativa diversificada, com recursos profissionais para os jovens, dando-lhes ferramentas para o trabalho e formação, bem como a educação de adultos, que passou de 90 para 119 alunos.

Quero, por isso, felicitar este agrupamento de escolas, também pela visão do seu diretor, incluindo na área da formação.

Há uma formação aqui referida, relacionada com a supervisão entre pares, que é, no fundo, uma forma de desenvolvimento organizacional, permitindo que os profissionais aprendam uns com os outros através da prática.

Tenho dito. Muito obrigada.

O Sr. Presidente da Mesa:

António Godinho.

O Sr. António Godinho do PS:

Obrigado, Senhor Presidente.

Cumprimento na sua pessoa todos os presentes e os que nos seguem naturalmente...

O Sr. Presidente da Mesa:

Só um segundo... peço desculpa, António.

Sim, sim. Diga.

A Sra. Carla Inácio do CH:

(Gravação não audível, não falou para o microfone).

O Sr. Presidente da Mesa:

Eu compreendo o seu apelo. Não obstante, isto é uma Assembleia Municipal e as pessoas estão a fazer as suas intervenções dentro do quadro regimental.

Portanto, eu percebo que trabalhe amanhã também trabalho e acordo bastante cedo mas, quando decidi candidatar-me e assumir funções, sabia exatamente o que isto implicava. Isto faz parte também.

E, portanto, todos nós estamos aqui com esse mesmo sentido de missão e de serviço público. Todos nós trabalhamos amanhã.

Mas obrigado pela sua questão.

Claro, claro, registo isso.

Diga, sim. Peço só um pouco de ordem. Qual é exatamente a sua questão?

O Sr. Eurico Paulo do CH:

(Gravação não audível, não falou para o microfone).

O Sr. Presidente da Mesa:

Sim, deve ser essa a prática. Vamos ver o seguinte: o que está previsto é que, após a meia-noite, se vote a continuidade da sessão, podendo a mesma ser aprovada ou rejeitada. Portanto, se a maioria do plenário decidir adiar a sessão, isso é possível.

Agora, democraticamente, a continuidade da sessão foi votada e, portanto, todos os partidos, de forma democrática, tomaram a sua decisão. É preciso respeitar a democracia e o sentido de posição dos partidos no plenário desta Assembleia, independentemente das opções políticas.

É necessário respeitar a decisão da maioria é assim na democracia.

António Godinho, peço desculpa pela interrupção.

O Sr. António Godinho do PS:

Tudo bem, Senhor Presidente.

Vou tentar dar o meu contributo, sendo o mais breve possível. Obrigado, então, por me ter dado a palavra.

Cumprimento, na sua pessoa, todos os presentes e também aqueles que nos seguem via online.

No âmbito da informação acerca da atividade municipal, queria hoje referir-me ao Catavento, uma publicação, como todos sabem, da Câmara Municipal de Palmela, onde constam muitos dos eventos que a Senhora Presidente referiu na sua apresentação.

Nascido em 1983, tendo, portanto, já a bonita idade de 43 anos, dedica-se, como todos sabemos, à divulgação de eventos lúdicos e culturais do concelho, sendo uma das publicações de referência da Câmara Municipal de Palmela.

Queria também deixar uma palavra de saudação a todos os que nele trabalham e dão o seu melhor para que, de dois em dois meses, uma nova publicação possa estar ao dispor dos munícipes.

Qual é o meu ponto? Penso que a versão digital, tal como está atualmente, necessita de ser modernizada para ir ao encontro das necessidades dos utilizadores. Atualmente, a versão digital só permite a partilha de todo o documento e apenas permite a partilha no Facebook. Todos sabemos que os jovens não usam o Facebook, o que desde logo exclui um público-alvo muito importante e significativo.

O formato em livro é interessante do ponto de vista gráfico, mas não permite individualizar os eventos, ao contrário do que acontece noutras agendas culturais, tanto de câmaras municipais como de outras entidades. Por exemplo, se eu quiser colocar um evento específico no meu calendário Google, só o consigo fazer se selecionar esse evento, copiá-lo e colá-lo manualmente.

Este procedimento é bastante arcaico, pouco prático e, para mim, desmobilizador da utilização do Catavento.

Em resumo, sugere-se ou sugiro que o formato digital seja atualizado e melhorado, tendo em conta dois eixos fundamentais:

Ponto um: possibilidade de partilha em formatos como Google Calendar, Instagram, e-mail, WhatsApp e outros;

Ponto dois: individualização dos eventos bimensais, permitindo a partilha evento a evento.

Volto a repetir que permita a partilha evento a evento, possibilitando assim que o utilizador partilhe ou guarde apenas os eventos do seu interesse, e não todo o documento.

Estas sugestões têm como objetivo tornar o Catavento, em formato digital, muito mais amigo do utilizador e, portanto, mais capaz de cumprir a sua função de informar e ajudar na seleção da informação a todos aqueles que o utilizam para acompanhar os eventos dinamizados pela Câmara Municipal, pelas juntas de freguesia e pelas entidades recreativas e culturais do concelho.

Disse.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado.

Diana.

A Sra. Diana Nascimento do PS:

Obrigada, Senhor Presidente.

Só uma questão que não vi vertida no documento da Atividade Municipal, não obstante o considerar muito completo e por isso felicito a Câmara.

Relativamente ao inquérito que decorreu sobre a atividade do CROA e sobre aquilo que foi aqui falado na última Assembleia Municipal, nomeadamente quanto à atuação que foi publicamente assumida, queria confirmar se houve alguns desenvolvimentos, uma vez que, neste período abrangido pela Atividade Municipal, eventualmente já poderíamos ter conhecimento de resultados.

Era isso. Obrigado.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado.

Mais nenhuma bancada pretende usar da palavra, perguntar ou questionar a Senhora Presidente relativamente à Atividade Municipal.

Muito bem, gostaria de fazer uma pergunta muito breve, que se prende com o urbanismo: o que é que tem sido feito, nos últimos tempos, para simplificar os prazos de decisão e, portanto, reduzir e mitigar a morosidade, dando uma resposta célere às pessoas singulares, às famílias e aos empresários?

O que é que tem sido feito? Vemos que existe um novo portal, mas este parece estar mais orientado para agendamentos. Presumo, ainda assim, que seria importante e gostaria de ouvir a Senhora Presidente sobre

isso a criação de um guia digital que pudesse auxiliar os cidadãos e as empresas na correta instrução dos processos, evitando que, no futuro, os mesmos fiquem “empancados” por questões formais. Ou seja, um instrumento que permitisse orientar e capacitar os munícipes logo na fase inicial.

Por outro lado, o que tem sido feito em termos de medição do tempo médio de resposta, desde o início até à conclusão do processo?

Isto é importante porque, se conseguirmos medir o tempo médio em cada fase do procedimento, conseguimos identificar onde existem atrasos, permitindo atuar de forma direcionada seja com reforço de meios, seja com reorganização de procedimentos de modo a garantir o cumprimento de prazos, nomeadamente os 45 dias, e assegurar uma resposta mais célere.

Gostaria, portanto, de saber o que tem sido feito neste sentido, uma vez que essa informação não está vertida no documento.

Obrigado, Senhora Presidente.

A Sra. Presidente da Câmara:

Então, tentando também ser sintética, começo por acolher as vossas sugestões em geral, e acompanho a ideia de que, no âmbito da comunicação, esta discussão está a surgir, nomeadamente com algumas transformações em alguns dos nossos meios de comunicação o site, por um lado, a versão digital do Catavento e outra transformação que está em curso, que vai permitir retomar com alguma periodicidade o Boletim Municipal, na forma de jornal, o que é uma forma diferente, mais próxima e mais acessível de chegar às pessoas.

Portanto, esta discussão está a ser feita. Aceito as vossas sugestões e críticas e admito que, daqui a algum tempo, possamos voltar a falar deste tema, esperando que, entretanto, haja melhorias no nosso desempenho. Naturalmente, estamos a falar de equipas muito esforçadas, com recursos relativamente reduzidos nestas áreas, e acreditem que se fazem verdadeiros “milagres” com o que existe. O volume de informação produzido para todas as atividades e acontecimentos é muito elevado, mas claro que é sempre possível fazer melhor e repensar processos. Por isso, aceito as sugestões.

Relativamente às questões da formação, trabalhamos com base num plano de formação que é discutido entre dirigentes, com auscultação dos trabalhadores. No âmbito da definição dos objetivos para a organização e para cada unidade orgânica, essa análise cruza-se depois com as necessidades de formação, sendo com base nisso que é estabelecido, em cada ano, o respetivo programa.

Gostava de sublinhar algo que considero importante: neste momento decorre na Câmara Municipal uma iniciativa que valorizo muito uma turma de trabalhadores a frequentar formação no âmbito do RVCC- Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências. São 22 pessoas, uma turma completa, com grande empenho e motivação, que procuram ver reconhecidas as suas competências e percursos profissionais, permitindo-lhes a equivalência ao 12.º ano e, consequentemente, progressão nas suas carreiras e formação. Trata-se de um projeto que merece destaque.

Quanto aos procedimentos de urbanismo, temos um novo portal com novas funcionalidades e documentação de apoio, como foi referido e bem. Poucas câmaras têm esta possibilidade de acompanhamento online dos processos, permitindo às pessoas saber exatamente em que fase se encontram. Ainda não está tudo concluído, nem perfeito aliás, tivemos recentemente alguns problemas técnicos com a aplicação, mas esta capacidade de acompanhamento é uma novidade importante e estamos a trabalhar para a melhorar continuamente.

Relativamente aos tempos e à sua medição, no urbanismo estamos precisamente a avaliar e a procurar modificar procedimentos, métodos e organização. Estas são as três grandes áreas de intervenção que orientam o nosso trabalho neste momento e que resumem os objetivos para melhorar o desempenho do urbanismo.

Esperamos, com isso, alcançar melhores resultados em termos de tempos de resposta e de satisfação das necessidades das pessoas.

Senhor Presidente, de forma relativamente sintética, disse. Obrigada.

A Sra. Diana Nascimento do PS:

Senhora Presidente, peço desculpa, não me respondeu à questão do CROA.

A Sra. Presidente da Câmara:

Peço desculpa, pensei que tinha ficado registado na memória. Em relação ao CROA, foi desencadeado um procedimento de inquérito a um profissional era a isso que se referia, não era?

Trata-se de um procedimento de inquérito que está a decorrer, com os seus trâmites próprios, os seus prazos, as suas audições, as suas inquirições e a respetiva audição de testemunhas. O processo encontra-se, portanto, em curso.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado, Senhora Presidente.

Muito bem, passando ao ponto dois, uma vez que o ponto um não se vota nem se delibera.

Trata-se da 2.ª Alteração Modificativa ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano 2026–2030.

Senhora Presidente, tem a palavra.

PONTO 2 – 2.ª Alteração Modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2026-2030

Proposta:

A 2ª Alteração Modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2026-2030 tem os seguintes objetivos principais:

- Proceder à inscrição do saldo da gerência de 2025, possibilitando a dotação de rubricas que se encontravam “a definir” e o reforço de outras com dotações consideradas insuficientes para as necessidades do ano;
- Repor verbas utilizadas na 1ª Alteração Permutativa para compensar reforços urgentes;
- Efetuar ajustamentos nos documentos em vigor, por opção programática, ou decorrentes da avaliação da execução orçamental até ao momento, em particular de dotações necessárias a intervenções urgentes de reabilitação de infraestruturas e/ou equipamentos municipais, afetados pelas intempéries ocorridas nas últimas semanas.

Receita:

No capítulo da receita procedeu-se à inclusão da totalidade do saldo de gerência de 2025, no valor de 16.293.312,42€ (dezasseis milhões, duzentos e noventa e três mil trezentos e doze euros e quarenta e dois cêntimos). Recorde-se que o saldo de gerência de 2025 foi fixado através da aprovação pela Câmara Municipal do «Mapa de Demonstração do Desempenho Orçamental», em reunião realizada no passado dia 14 de janeiro, documento que se anexa à presente proposta.

Efetuuou-se o ajustamento das verbas provenientes do Orçamento de Estado de 2026, de que resultou num acréscimo no valor de 612.162 € (seiscentos e doze mil, cento e sessenta e dois euros) e respetiva repercussão nos anos seguintes.

Reforçou-se, também, na rubrica de transferências correntes, o montante de 89.336 € (oitenta e nove mil trezentos e trinta e seis euros) relativo a participações de novos Protocolos no âmbito do Fundo Ambiental e apoios da DGAV (Direção Geral de Alimentação e Veterinária), e na rubrica de transferências de capital, o montante de 491.144 €, relativo a participações no âmbito do PRR e de novos Protocolos no âmbito do Fundo Ambiental e apoios da Direção Geral de Alimentação e Veterinária.

Finalmente, efetuou-se o reforço de 166.801 € em Empréstimos de Médio e Longo Prazo relativos a acordos nos montantes das obras financiadas.

Despesa:

No capítulo da despesa os principais movimentos resultam, no essencial, de:

- Dotação de rubricas que se encontravam “a definir” no documento inicial;
- Reforço de diversas rubricas cuja dotação foi parcialmente consumida com encargos transitados do ano anterior;
- Reforço de diversas rubricas de pessoal resultante da aplicação das medidas de valorização remuneratória;
- Reposição de verbas utilizadas na 1ª Alteração Permutativa ao Orçamento;
- Alterações ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano.

As Grandes Opções do Plano, com uma dotação atual definida de 52,5 milhões de euros passam, após esta Alteração Modificativa, a dispor de uma dotação no valor de 68 milhões de euros. As principais modificações introduzidas nas GOP são as seguintes:

Funções Gerais

- Reforço da dotação da ação «Edifícios Municipais - Manutenção e Conservação»;
- Reforço da dotação da ação «Material Transporte - Aq. por Locação Financeira»;
- Reforço da dotação da ação «Aquisição de Equipamento Informático»;
- Reforço da dotação da ação «Licenciamento de Software - Fornecimento de Serviços»;
- Inclusão de nova ação «Aquisição de ferramentas e utensílios»;
- Inclusão de nova ação «Ações de Sensibilização, Promoção e Implementação dos Projetos»;

Funções Sociais:

- Reforço da dotação da ação «Requalificação do Logradouro da EB Alberto Valente»;
- Inclusão de nova ação «Requalificação do JI de Lagameças»;
- Reforço da dotação da ação «Beneficiações Diversas»;
- Reforço da dotação da ação «Programa de Alimentação Escolar»;
- Reforço da dotação da ação «Obras coercivas em propriedades particulares»;
- Inclusão de nova ação «Execução e ligação das redes de drenagem doméstica ao emissário da SIMARSUL»;
- Inclusão de nova ação «Ligação de redes de águas residuais domésticas em Quinta do Anjo ao sistema multimunicipal (Simarsul)»;
- Reforço da dotação da ação «Serviços Prestados pela Empresa Multimunicipal – SIMARSUL»;
- Inclusão de nova ação «Estudo de drenagem do setor nascente da zona industrial da Autoeuropa»;
- Inclusão de nova ação «Execução de novo furo de captação em Quinta do Anjo»;
- Inclusão de nova ação «Elaboração de projeto para a Reabilitação do reservatório elevado das Marquesas, Quinta do Anjo»;
- Reforço da dotação da ação «Deposição Final de RSU na ETRS – Amarsul»;
- Inclusão de nova ação «Recolha Bio 4 Palmela»;
- Inclusão de nova ação «Smart Waste»;
- Inclusão de nova ação «Construção do Novo CROA
- Inclusão de novas ações «Centro de Recolha Oficial de Animais – Avisos1,2,3,4 e 6 DGAV»;
- Inclusão de nova ação «Cine S. João - Reabilitação e Beneficiação»;

Funções Económicas:

- Reforço da dotação da ação «Iluminação Pública - Contrato de Gestão de Eficiência Energética (ESE)»;
- Inclusão de nova ação «Reforço de Infraestruturas Internas de PCVE»;
- Inclusão de nova ação «Projeto "Palmela Inteligente"»;
- Reforço da dotação da ação «Conservação Permanente da Rede Viária»;
- Reforço da dotação da ação «Festivais e Eventos de Promoção Turística
- Inclusão de nova ação «Reabilitação e beneficiação da Casa Mãe da Rota de Vinhos

Para além dos reforços enunciados efetuaram-se anulações nas GOP no valor global de 478.182€ (quatrocentos e setenta e oito mil, cento e oitenta e dois euros), decorrentes, no essencial, de alterações de programação de diversas ações com cofinanciamento de diversas fontes.

O total do Orçamento após a 2ª Alteração Modificativa é de 105.080.452,42 € (cento e cinco milhões, oitenta mil, quatrocentos e cinquenta e dois euros e quarenta e dois cêntimos) que representa um acréscimo de 20,19% relativamente ao Orçamento atual.

Nos termos do nº 5, do artigo 40º, da Lei nº 73/2013, de 13 de setembro, alterada pela Lei nº 51/2018, de 16 de agosto (Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais), o saldo gerência de 2025 financia 12.182.198,42€ (doze milhões, cento e oitenta e dois mil, cento e noventa e oito euros e quarenta e dois cêntimos) do reforço em despesas correntes agora proposto.

Assim, propõe-se, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 33º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e nos termos do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, conjugado com o art.º 77.º da Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro, que a Câmara Municipal aprove, para posterior submissão a deliberação da Assembleia Municipal, a 2.ª Alteração Modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2026-2030.

ANEXOS:

- Mapas da 2ª Alteração Modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2026-2030
- Cópia da deliberação «Aprovação do Mapa de Demonstração de Desempenho Orçamental»

A Sra. Presidente acrescenta os seguintes esclarecimentos:

Esta segunda alteração modificativa ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano prevê, essencialmente, a inscrição do saldo de gerência e a reposição de verbas que foram utilizadas na primeira alteração permutativa, para reforçar e compensar alguns ajustamentos urgentes que tivemos de efetuar.

Permite também introduzir alguns ajustamentos por opção programática, decorrentes da avaliação da execução orçamental e da necessidade de reforçar dotações para intervenções urgentes em infraestruturas.

Globalmente, os números indicam que o saldo a inscrever importa em 16.293.212,12 €. Este valor resulta de pequenos ajustamentos, que estão aqui descritos, e que, no essencial, se distribuem pela despesa de acordo com a estrutura apresentada no documento, abrangendo várias áreas.

Por um lado, temos a dotação de rubricas que se encontravam ainda em definição no documento inicial do orçamento. Por outro, temos o reforço de diversas rubricas de pessoal, decorrente também da aplicação de medidas de valorização remuneratória.

Temos ainda alterações às Grandes Opções do Plano, que representam o maior volume desta alteração. Recordo que o orçamento inicial nas GOP era de 52,5 milhões de euros e, após esta alteração, passará para cerca de 68 milhões de euros.

As principais alterações incidem no reforço de verbas para edifícios municipais, manutenção e conservação, reforço de material de transporte, aquisição de equipamento informático, licenças de software, ferramentas e outros equipamentos.

Nas funções sociais, destacam-se intervenções em várias escolas, nomeadamente o logradouro da Escola Alberto Valente, o jardim de infância de Lagameças, beneficiações em Cajados, Aires, na Escola São Jorge e na Escola Zeca Afonso, bem como o reforço da dotação do programa de alimentação escolar.

Regista-se também um reforço significativo na ação de obras coercivas em propriedades particulares, execução e ligação de redes de drenagem doméstica e estudos de drenagem na zona nascente da área industrial da Autoeuropa, relacionados com questões de cheias já anteriormente abordadas.

Prevê-se ainda a execução de um novo furo em Quinta do Anjo e a instalação de um novo reservatório elevado na mesma zona, bem como o reforço de verbas para recolha de resíduos e deposição final, incluindo a recolha seletiva e a recolha de biorresíduos em Palmela.

Inclui-se também a criação de uma nova ação para a construção do novo CROA, a reabilitação do Cineteatro São João, o reforço da iluminação pública, várias intervenções de menor dimensão em infraestruturas, uma grande ação de conservação da rede viária e a reabilitação da Casa Mãe da Rota de Vinhos, que é igualmente muito relevante.

No final, após esta alteração, o orçamento passará a ser de cerca de 105,8 milhões de euros.

Senhor Presidente, disse.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado.

Pergunto se alguma das bancadas pretende usar da palavra.

PPD/PSD.CDS-PP, Luís Marques.

O Sr. Luis Marques do PPD/PSD.CDS-PP:

Em relação a este documento, é um documento administrativo e legal, obrigatório, que é sempre executado com muito profissionalismo em termos técnicos, ao qual dou os parabéns aos técnicos que o executam, e que é sempre muito, muito assertivo.

Mas este documento revela uma evidência: na prática, ficaram por executar mais de 16 a 18 milhões de euros de opções que estavam programadas. Algumas delas em ações que já falámos aqui hoje e que eram bastante importantes, como obras em espaços públicos, escolas, e que ficaram por fazer. Mas, pronto, na minha opinião, é preferível sobrar do que ficarmos endividados, isso sem dúvida. Mas, ainda assim, dado o valor, dava para termos realizado uma série de ações que poderiam ter sido feitas e que ficaram por executar.

Depois, todas as outras opções políticas que são tomadas neste incremento do valor das opções, nós não nos revemos nelas, mas efetivamente existem algumas com as quais concordamos e, por isso, o nosso sentido de voto será a abstenção.

Tenho dito, obrigado.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado.

Pergunto se mais alguma bancada pretende usar a palavra neste ponto?

Não registando pedidos de intervenção, passamos à votação que tem de ser feita em minuta, tendo em conta os efeitos jurídicos imediatos que depois face à votação tem de ter, certo?

Portanto, passamos à votação da 2ª Alteração Modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2026-2030.

Aprovado, por maioria, com vinte e sete votos a favor (dez do CH, dez do PS, sete da CDU) e quatro abstenções do PPD/PSD.CDS-PP.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito bem, o documento foi aprovado e, tendo em conta que já terminámos a ordem de trabalhos, mais em concreto, esta Assembleia dá-se por finalizada.

Resta-me, portanto, desejar uma boa noite a todos, uma boa semana e um bom descanso.

Não havendo mais assuntos a tratar, o **Sr. Presidente da Mesa** declarou encerrada a sessão pela uma hora e quinze minutos do dia vinte e sete de fevereiro de dois mil e vinte e seis, da qual se lavrou a presente ata, que eu, **Diamantino de Sousa Pereira**, na qualidade de Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, redigi e subscrevi.”

Palmela, aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis.

O Presidente

João Pedro Marçal Fialho Perdigão Leitão

O Primeiro Secretário

Diamantino de Sousa Pereira